

Tempos e Memórias

Movimento Feminista no Brasil

Lourdes Bandeira
Hildete Pereira de Melo

Brasília, DF
Dezembro, 2010

Secretaria de Políticas para as Mulheres



Presidente da República no Brasil
Luiz Inácio Lula da Silva

Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM

Nilcéa Freire
Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres

Subsecretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres
Aparecida Gonçalves

Subsecretaria de Planejamento e Gestão Interna
Lourdes Bandeira

Subsecretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas
Sônia Malheiros Miguel

© 2010. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres

Elaboração, distribuição e informações:

Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República

Via N1 Leste s/n, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes Zona Cívica Administrativa

CEP: 70.150-908, Brasília-DF

Telefones: (61) 3411.4246 / 3411.4330 Fax: (61) 3326.8449

spmulheres@spmulheres.gov.br – www.presidencia.gov.br/spmulheres

Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher

Projeto Gráfico:

Jheison Henrick

CTP, Impressão e Acabamento:

Cidade Gráfica e Editora Ltda

Distribuição gratuita.

Tiragem: 1.000 exemplares

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Tempos e Memórias do Feminismo no Brasil

Brasília: SPM, 2010.

68 p. : il.

1. Memórias das Lutas Feministas no Brasil 2. Linha do Tempo I. Título II. Série

CDU 396

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
MEMÓRIAS DAS LUTAS FEMINISTAS NO BRASIL	7
PIONEIRAS, ABOLICIONISTAS, SUFRAGISTAS	10
A MARCHA LENTA DO FEMINISMO NAS DÉCADAS DE 1940 A 1970	19
UMA NOVA ONDA FEMINISTA	25
ARROMBAR A PORTA DA POLÍTICA: ABRIU-SE APENAS UMA BRECHA!	28
A PRESENÇA DE MULHERES NOS MINISTÉRIOS REPUBLICANOS	30
O BRASIL NO FEMININO: O QUE SOMOS?	34
O FEMINISMO NO ESTADO: A ATUAÇÃO DA SPM/PR	37
DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DA IGUALDADE NO BRASIL	40
ESCREVENDO PARA NÃO CAIR NO ESQUECIMENTO.....	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43
LINHA DO TEMPO O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL	45
CRONOLOGIA.....	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	64
FONTES DOCUMENTAIS	64
ENTREVISTAS:.....	65
ARTIGOS, LIVROS	66

APRESENTAÇÃO

É com grande alegria que a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) publica o livro “Tempos e Memórias do Movimento Feminista no Brasil” que apresenta um resgate das histórias de mulheres, ouvidas e escritas, dos fatos, dos acontecimentos, das leis e das políticas públicas implementadas ao longo dos anos.

A partir do conhecimento desta trajetória de lutas – com vitórias e derrotas – espera-se que o texto seja pretexto para que outras histórias sejam elaboradas e contadas e que a memória do passado e do presente seja escrita e marcada na história. Nestes 188 anos pós-Independência o movimento de mulheres brasileiras se constituiu numa importante força de luta para desconstruir a estrutura patriarcal nacional e vencer as desigualdades históricas estabelecidas entre homens e mulheres.

Esta brochura não tem a pretensão de escrever toda a história das lutas feministas e nem de fazer a sua exaustiva cronologia, mas de contribuir para sua escrita. A reconstrução desta memória foi uma preocupação desta gestão da SPM/PR, porque acreditamos que é preciso retirar das sombras as figuras femininas e mostrar que as mulheres estiveram presentes na história brasileira.

Uma boa leitura!

Brasília, dezembro de 2010

Nilcéa Freire

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres

MEMÓRIAS DAS LUTAS FEMINISTAS NO BRASIL

**LOURDES BANDEIRA
HILDETE PEREIRA DE MELO**

SPM/PR

A história que queremos contar começa pelos dias atuais e percorrerá uma longa estrada, juntando memórias, fiapos de estórias, lembranças, para traçar a trajetória do caminhar das mulheres brasileiras na luta pela conquista da cidadania plena. Começa no dia 8 de março de 2010, quando a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República reuniu na Estação da Estrada de Ferro Barão de Mauá - Leopoldina, no centro da cidade do Rio de Janeiro, milhares de mulheres para celebrar o centenário do Dia Internacional da Mulher. Foi nos dias que antecederam este momento que este texto nasceu. Não temos a pretensão de preencher as lacunas existentes nessa história, mas contribuir para sua escrita. Porque comemorar a passagem desses últimos cem anos nos remete a múltiplas histórias da luta feminista, ancoradas nas memórias pessoais, sociais e políticas.

O movimento feminista nasceu das lutas coletivas das mulheres contra o sexismo, contra as condições de aversão e inferiorização do feminino, transformadas em práticas rotineiras de subordinação das mulheres. O desenvolvimento do movimento de mulheres durante este centenário se constituiu como uma poderosa narrativa de desconstrução da estrutura patriarcal, das desigualdades históricas estabelecidas entre homens e mulheres a partir da denúncia sobre sua posição secundária na sociedade.

Tantos caminhos foram percorridos por mulheres nas lutas por cidadania – Marias, Clotildes, Severinas, Antonias, Franciscas e Terezas – anônimas de todas as

cores e de todos os recantos deste país participaram dessa empreitada. O feminismo lhes possibilitou sair do lugar de invisibilidade e apostar na persecução da transformação do mundo arcaico em um novo mundo, de afirmação de direitos de todos e todas.

A luta pela cidadania alterou a vida de milhões de mulheres na sociedade ocidental. As ativistas feministas fizeram campanhas por todos recantos do planeta pelo reconhecimento dos direitos das mulheres: direito a existir com dignidade, direito de propriedade, direito à educação e ao trabalho, direito de votar e ser eleita, direito a participar de espaços de poder e decisão, direito a seu próprio corpo, direito a viver livre de violências, direito de viver em igualdade de condições com os homens. Essas conquistas vêm sendo lentamente alcançadas, mas ainda é preciso superar grandes desafios para que a igualdade seja efetivada.

O dia 8 de março torna-se um momento de júbilo, ao rememorarmos aquelas vidas que resistiram e suas trajetórias, lutas e experiências, que representam a soma de muitos esforços individuais para essa expressiva mudança coletiva. Cada ato, cada palavra, cada episódio registrado que compõe este centenário remete a marcos da épica experiência das mulheres. Memória composta pelo mosaico de inúmeras mulheres de diferentes origens, grupos sociais, raciais e gerações, que se aglutinam em narrativas para dar conta de uma fantasia não imaginária, de luta permanente por libertação e autonomia.

A História, em sua versão oficial, esqueceu as mulheres, como se nós estivéssemos fora do tempo e dos acontecimentos. Mas, pela memória individual e coletiva o passado vem à tona, a lembrança é social e coletiva e serve como uma âncora para cada pessoa e para a sociedade. Assim, é preciso transformar o silêncio sobre a lembrança social das mulheres em resgate e reconhecimento da memória, para que os elos entre o passado e presente com o futuro reforcem a sua importância na sociedade.

A memória coletiva das mulheres tem um dia especial para revisar seu legado, refletir sobre o presente e projetar o futuro – dia 8 de março. Nas últimas décadas, foram tantas as versões contadas sobre as origens desta data. Sabe-se, entretanto, que a ideia de estabelecer um dia de luta pela transformação da vida das mulheres teve início com a II Conferência Feminina da Internacional Socialista de Mulheres, realizada na Dinamarca, em 1910. Nesta Conferência, a socialista feminista alemã

Clara Zetkin (1857-1933) propôs a definição de um dia de luta pela emancipação feminina, com a presença de cem mulheres de dezessete países.

A efervescência política desencadeada pela I Guerra Mundial e Revolução Russa de 1917 contribuiu para que o movimento operário feminino definisse o dia 8 de março como o dia histórico desta luta, seja como referência ao incêndio da fábrica têxtil Tringle Shirtwaist Company em 1911, em Nova York, no qual morreram 125 operárias, seja em homenagem à greve das trabalhadoras russas de 8 de março de 1917. Uma coisa é certa, a definição deste dia para celebrar as lutas das mulheres pela cidadania e pela igualdade teve origem nas organizações femininas socialistas europeias e norte-americanas que na, primeira década do século XX, desencadearam uma luta pela igualdade na família e no trabalho.

Na década de 1920, no mundo ocidental, esta data foi sendo esquecida e só a partir de meados do século XX voltou-se a realizar esta celebração. A data foi sendo incorporada ao calendário das organizações de mulheres, na medida em que, este movimento ganhou fôlego. Nos anos 1970, o dia 8 de março – Dia Internacional da Mulher – entrou na agenda oficial das organizações internacionais (Ver Box).

O DIA INTERNACIONAL DA MULHER NO BRASIL

As comemorações do Dia Internacional da Mulher no Brasil remontam também às lutas das mulheres trabalhadoras, vinculadas aos partidos de esquerda que nos anos 1950 comemoravam este dia. Relatos da vida de Alice Tibiriçá apontam que a primeira comemoração no Brasil do Dia Internacional da Mulher tenha acontecido no dia 8 de março de 1947, organizada pelo Instituto Feminino de Serviço Construtivo dirigido por Alice. E a solenidade destas comemorações foi presidida pela senhora Nuta Bartlet James (1885 -1976), ativista do Partido União Democrática Nacional (UDN), mas nacionalista radical, defensora da Campanha do Petróleo é Nosso e da Frente Única de Mulheres.

Com o golpe militar e a suspensão do regime democrático, em 1964, a data foi esquecida e ressurgiu nos anos 1970 com as organizações feministas em consonância com a mobilização das mulheres nos Estados Unidos e na Europa. O Centro da Mulher Brasileira do Rio de Janeiro, em 1977, realizou uma comemoração deste dia no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Em São Paulo, também houve comemorações a partir daquele ano. Nos anos seguintes, paulatinamente, estas comemorações foram se espalhando pelo território nacional, na medida que, o movimento de mulheres se expandia para as diferentes regiões do país.

Atualmente o 8 de março se transformou em uma data festiva, comemorada por toda sociedade, quando há distribuição de flores e chocolates e as mais diversas formas de homenagens. Para as feministas, entretanto, é necessário que não se esqueça que esse é um dia de denúncia e reivindicações. Passeatas e protestos acontecem nas capitais e pelo Brasil afora na luta pela construção da igualdade.

Em 2010, comemoram-se os 100 anos do Dia Internacional da Mulher. É preciso resgatar os acontecimentos que marcaram a história das mulheres no Brasil, para reconhecer que muitas conquistas e vitórias foram alcançadas, mas a igualdade ainda é um processo em permanente construção.

PIONEIRAS, ABOLICIONISTAS, SUFRAJISTAS

No desenrolar do século XIX as lutas libertárias pela conquista da cidadania ganharam vulto no mundo ocidental, a Inglaterra e a França foram sacudidas pelo movimento pelo direito a cidadania e o sufrágio universal. Estas lutas ganharam força com o movimento ludista (1811-1812) e depois com o movimento cartista que sacudiu a Inglaterra de 1837 a 1848 e chegou à França no final desta década, mas esta luta

acabou na ascensão de Luiz Napoleão Bonaparte ao poder e como resultado da explosão desta revolta, só os homens obtiveram o direito de voto neste primeiro momento.¹

Estas revoltas e lutas pela igualdade contaminaram as mulheres dos Estados Unidos e da Europa e este rastro de rebeldia espalhou-se mundialmente. Também no Brasil esta inquietação se acendeu na segunda metade do século XIX. As mulheres brasileiras que tiveram participações pontuais nas diversas revoltas que permearam a construção do Brasil da Insurreição Pernambucana (1645), a expulsão dos Holandeses (1654), a revolta dos Bárbaros do Nordeste (1650-1720), a Inconfidência Mineira (1789), a Inconfidência Baiana (1798), a Balaiada (1838/41), a Revolução Pernambucana de 1817, a Confederação do Equador (1824), a Revolta dos Malês (1835), a Sabinada (1837/38), a Farroupilha (1835/45), todas tiveram inúmeras mulheres anônimas que marcaram com seu sangue estas lutas. Mas a marca feminina vai ficar registrada a semelhança dos Estados Unidos na luta abolicionista.

A exemplo da destemida Nísia Floresta (1810-85), nascida como Dionísia Gonçalves Pinto no sítio Floresta no povoado de Papari na Província do Rio Grande do Norte, republicana, abolicionista e feminista. Ao publicar em Recife (PE) seu livro "Direitos das Mulheres e injustiça dos Homens", em 1835, Nísia marcou a história das lutas feministas no Brasil. Este livro é seguramente baseado na obra da inglesa Mary Wolstonecraft (1757-1797) autora do livro seminal do moderno feminismo ocidental "A vindication of the rights of women", publicado em 1790 (A reivindicação dos direitos da mulher). Este livro defendia o direito das mulheres a educação similar à masculina para que estas pudessem aproveitar todo o seu potencial humano, conquistarem autonomia econômica e política. Entendia que a igualdade na formação de mulheres e homens era fundamental para o progresso da sociedade. Impregnada destas idéias, Nísia em 1842 já promovia, no Rio de Janeiro, conferências sobre a Abolição e a República, "fato extraordinário já para alguém do sexo masculino, quanto mais para uma mulher" (Alves, 1980:87 e Hahner, 1977).

A luta pelo fim da escravidão também foi vivida pelas mulheres negras e bran-

1 Movimento liderado por LUDD em reação a introdução das máquinas no processo fabril inglês e a degradação das condições de vida do povo. O movimento Cartista refere-se a luta dos trabalhadores pela conquista do sufrágio universal, explodiu a elaboração da Carta do Povo.

cas que apesar das limitações impostas às mulheres no século XIX conseguiram criar organizações em prol de si mesmas e dos excluídos. Do Norte ao Sul, mulheres organizaram associações voltadas para a causa abolicionista: no Ceará, em 1882, a Sociedade das Senhoras Libertadoras, sob a presidência de Maria Tomázia Figueira, com Maria Correia do Amaral e Elvira Pinho, agitou cidades cearenses, promovendo atos em prol da abolição. Em 1884, a Assembléia Legislativa da Província do Ceará aboliu a escravidão na província.

O exemplo cearense se espalhou e em 1884 na cidade de Manaus, na Província do Amazonas, foi criada a associação de mulheres *Amazonenses Libertadoras*. Fundada por Elisa de Faria Souto, Olímpia Fonseca, Filomena Amorim, mulheres brancas da elite local, que conseguiram empolgar a sociedade e em 30 de março de 1887 a província do Amazonas também libertou seus escravos. Nesta segunda metade dos anos 1880, multiplicaram-se as organizações de mulheres e homens que lutavam pela Abolição e em várias localidades tais como nas cidades de Santos, Rio de Janeiro, São Paulo surgiram organizações que batalhavam pelo fim da escravidão. E as mulheres pela primeira vez apareceram como protagonistas destas idéias. Abolição, República estas idéias conquistaram uma camada da sociedade urbana e as mulheres de abolicionistas também defenderam a República. A luta pelo direito ao voto timidamente surgiu no cenário nacional naquele final de década. Nas discussões da Assembléia Constituinte de 1891, a questão do direito de voto para as mulheres foi amplamente debatida e a jornalista Josefina Álvares de Azevedo (1851 - ?), editora do jornal *A Família*, escreveu a peça teatral: *O Voto Feminino*, em 1890, com enorme sucesso de público na Capital Federal – Rio de Janeiro.

Assim, no final do século XIX, com acesso à educação relativamente contemplado, baseado no lema: “mulher instruída, mulher emancipada”² cresceu a participação feminina pelo direito ao voto, em movimentos constitucionalistas, assim como nos movimentos sociais. A luta feminista ganhou destaque, uma vez que as reivindicações pela emancipação das mulheres estavam presentes em espaços variados da sociedade.

Toda a mobilização feminina foi em vão. A primeira Constituição Republicana,

2

Slogan proposto pela Jornalista Josefina Álvares de Azevedo, em seus artigos (in: Alves, op. Cit.1980:90/1).

promulgada em 1891, declarava, no seu art.70: “São eleitores todos os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei”. Se a intenção dos legisladores não foi explícita ou intencional de deixar de fora as mulheres, uma vez que a desigualdade entre mulheres e homens era tácita, certamente, pela naturalidade com a qual aquelas já eram consideradas excluídas, e, portanto, ao aplicar o artigo, as mulheres foram eliminadas (Tabak, e Toscano, 1982).

A cidadania perseguida pelas mulheres e abortada pela Carta Constitucional de 1891 desmobilizou as mulheres e uma grande letargia dominou o movimento social. Só na primeira década do século XX ressurgiu nova mobilização feminina agora tendo como mentora a professora Leolinda de Figueiredo Daltro (c.1860 – 1935), na luta pelo direito ao voto. Fundamentada na constitucionalidade do voto inscrito na Carta de 1891, requereu seu alistamento, que como todos os outros requeridos por mulheres foi rejeitado pela Justiça. Esse parecer sobre sua inscrição como eleitora foi o mote para que um grupo de mulheres do Rio de Janeiro se reunisse em dezembro de 1910 para fundar o Partido Republicano Feminino.

Desta forma, a luta das mulheres pelo direito de voto que antecipara a Constituinte de 1891, que já estava presente, entre muitas brasileiras, desde os movimentos em direção ao movimento abolicionista multiplicou entre a década de 1910 a 1920, e pode-se citar o exemplo da advogada Mirtes de Campos (c.1875 -?), que em 1922, lutava pelo voto feminino e que atuou no Congresso Jurídico realizado no Rio de Janeiro, em comemoração ao centenário da Independência, em favor das mulheres, ao conseguir aprovar a emenda de sua autoria, por 28x4 votos:

1. A mulher não é, moral nem intelectualmente, inapta para o exercício dos direitos políticos;

2. Em face da Constituição Federal, não é proibido às mulheres o exercício dos direitos políticos, que lhes deva ser permitidos. ³

Outra sonhadora pelo direito ao voto foi Julita Monteiro Soares, que fundou,

nos anos 1920, o Partido Liberal Feminino, o qual além de voltar-se para apoiar o combate das mulheres operárias também, paradoxalmente, reafirmava que as

“qualidades femininas”, no “espírito de bondade. De horror à violência, de inquebrantável fidelidade às leis de Deus...” que possui a mulher, qualidades estas que poderão sanear os males sociais. (Alves, 1980:115).

Estas declarações mostravam uma visão naturalizada da mulher na medida em que, não se pretendia mudar a estrutura familiar e os papéis de esposa e mãe, ao contrário, seriam os “dotes naturais” propulsores dos avanços dos direitos políticos das mulheres. Nem todas as mulheres comungavam desta visão, como a história mostrará pelos escritos de Gilka Machado (1893-1980) e Maria Lacerda de Moura (1887 – 1945) entre outras que escreveram nestes anos sobre a condição feminina.

PARTIDO REPUBLICANO FEMININO

As mulheres não tinham direito ao voto, mas no ano de 1910, um grupo de mulheres da Capital Federal – Rio de Janeiro fundou um partido político intitulado PARTIDO REPUBLICANO FEMININO. Eram professoras, escritoras, a lista das mulheres que assinaram a petição, composta de pessoas com provavelmente autonomia econômica. A presidente eleita pelo grupo foi a professora Leolinda de Figueiredo Daltro. O Diário Oficial do dia 17 de dezembro de 1910 publicava os estatutos do partido e deles constava “pugnar pela emancipação da mulher brasileira, despertando-lhe o sentimento de independência e de solidariedade patriótica...pugnar para que sejam consideradas extensivas à mulher as disposições constitucionais da República dos Estados Unidos do Brasil...extinguir toda e qualquer exploração relativa ao sexo. Em 1911 o Partido Republicano Feminino recebeu o registro oficial e durante os oito anos seguintes estas mulheres realizaram manifestações políticas em prol do direito ao voto.

No entanto, um marco significativo ocorreu com a presença no cenário político nacional da bióloga Bertha Lutz (1894-1976),⁴ dotada de espírito combativo, ao regressar da Europa e influenciada pelos movimentos sufragistas na Inglaterra e nos EUA, publicou vários artigos na seção “*Rio Feminina*” do Rio Jornal, além do célebre artigo publicado na *Revista da Semana* de 14 de dezembro de 1918 “*Somos Filhos de Tais Mulheres*”, escrito com o pseudônimo de Iracema. Este artigo foi publicado logo depois da assinatura do armistício que encerrou a I Guerra Mundial teve enorme repercussão na sociedade; nele Bertha defendia veementemente o direito ao voto das mulheres, e este artigo reacende a chama da luta pelo sufrágismo no Brasil. Bertha Lutz era feminista e defendia o feminismo, nos seguintes termos:

“Tudo quanto está sucedendo estava previsto. As democracias vão começar aprendendo a ser a expressão fiel sincera de um regime social e político da igualdade humana. A mulher que não pudera conseguir ser compreendida na Declaração dos Direitos do Homem proclamados pela Revolução Francesa, a grande paria e dolorosa escrava, que usa braceletes de ouro em memória das algemas de ferro, foi libertada pela guerra e sentada ao lado do homem no trono da terra. As mulheres russas, finlandesas, dinamarquesas, norueguesas, suecas, alemães e inglesas – quer dizer, uns cento e vinte milhões de mulheres na velha Europa – já partilham ou brevemente partilharão do governo, não só contribuindo com seu voto para a eleição dos legisladores, como podendo ser elas próprias eleitas para o exercício do poder legislativo.(...) Todos os dias se lêem nos jornais e revistas do Rio apreciações deprimentes para a mulher. Não há, talvez, cidade do mundo onde se respeite a mulher. (...) O que deve consolar a brasileira é que os homens que essas coisas escrevem são piores do que a pior das mulheres. E são esses os seus mais severos juízes...!”

Que importa que alguns jornalistas satíricos nos continuem a considerar os “animais de cabelos compridos e idéias curtas”, quando o chefe da mais poderosa república do mundo (...) proclama que a “contribuição das mulheres para o grande resultado da guerra esta fora dos limites da gratidão”, (...) A homenagem mínima que lhes podemos prestar é torná-las iguais aos homens no que respeita aos direitos po-

*líticos, (...) podemos dizer “SOMOS FILHOS DE TAIS MULHERES” (letras maiúsculas nossas).*⁵

Bertha Lutz soube aproveitar com maestria da conjuntura conturbada da década de 1920. Nestes anos fundava-se o Partido Comunista Brasileiro, realizou-se a Semana de Arte Moderna, as revoltas militares, a Coluna Prestes, intensificando-se a presença dos segmentos médios na sociedade. Esta ebulição social favoreceu a fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), em agosto de 1922. Esta influenciada, sobretudo, por sua participação na Conferência Pan-Americana das Mulheres, nos EUA. Bertha Lutz fomentou durante toda uma década muitas negociações com políticos e instituições, em busca de apoio a sua luta pelo direito ao voto.

Assim, na confirmação de uma promessa feita pelo então senador do Rio Grande do Norte Juvenal Lamartine a Bertha Lutz e as mulheres da FBPF, em 1927, este incluiu o direito do voto feminino em sua campanha política a Presidente do Estado, e encaminha à redação final da Constituição do estado do Rio Grande do Norte, em seu art. 77 das Disposições Gerais: “No Rio Grande do Norte poderão votar e ser votados, sem distinção de sexos, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por lei” (Alves, 1980:117). Neste caminhar foi que em 1927, o Rio Grande do Norte se tornou o primeiro Estado brasileiro a permitir que as mulheres votassem nas eleições. Naquele mesmo ano, a professora Celina Guimarães Viana, que vivia em Mossoró (RN) se tornou à primeira mulher brasileira a fazer o alistamento eleitoral, portanto, a 1ª. eleitora, uma vez que no dia 25 de novembro de 1927, deu entrada a uma petição requerendo sua inclusão no rol de eleitores do município de Mossoró (RN), local de residência. Na realidade há inúmeros registros sobre a tentativa de mulheres de se alistarem para as eleições de 1928 em diversos estados brasileiros, mas os registros históricos são escassos.

O Estado do Rio Grande do Norte continuou seu pioneirismo, quando Alzira Soriano, natural do estado, foi eleita, pelo Partido Republicano, a primeira prefeita para o município de Lajes, RN, em 1928. Portanto, também coube a este o estado a primazia de ter a primeira mulher votada para ocupar um cargo eletivo municipal, embora não

5

Cf. verbete MARQUES, 2000.

tenha concluído seu mandato, uma vez que a Comissão de Poderes do Senado anulou os votos de todas as mulheres. Sem dúvida que a conquista local-regional desse direito beneficiou a luta das mulheres pelo voto universal e pela emancipação política das mulheres brasileiras que ganhou impulso e visibilidade em todo o país.

Por sua vez, o Presidente Getúlio Vargas, resolveu simplificar e todas as restrições às mulheres foram suprimidas, na medida em que através do Decreto nº. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, foi instituído o Código Eleitoral Brasileiro, e o artigo 2 disciplinava que era eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma do código. Assim, o direito do voto feminino obtido por meio do Código Eleitoral Provisório em 24 de fevereiro de 1932, portanto, há 78 anos apenas que as mulheres obtiveram os direitos políticos completos.

Animadas pela vitória as mulheres tiveram participação ativa na efervescência política dos novos tempos republicanos começaram a marcar sua presença no processo eleitoral como candidatas para os diversos postos: prefeitas, deputadas estaduais, deputadas federais e senadoras. Seguramente a extensão do sufrágio às mulheres, assim como aos segmentos populares junto a introdução do voto secreto ampliou a democracia no Brasil.

No âmbito federal, Bertha Lutz candidatou-se à deputada federal pelo Distrito Federal, na chapa do Partido Autonomista. A legislação eleitoral daqueles anos definia que a organização dos partidos políticos era em âmbito estadual. No entanto, o pioneirismo de ser a primeira mulher a ocupar uma cadeira na Câmara Federal do Brasil foi da médica paulista e ativista da Revolução Constitucionalista Paulista de 1932 Carlota Pereira de Queiroz (1892-1982). Por que nas eleições de 3 de maio de 1933, Carlota foi eleita deputada federal, pelo estado de São Paulo e Bertha Lutz, uma das maiores lideranças da luta pelo direito ao voto feminino, foi derrotada no Distrito Federal, ficou apenas com a primeira suplência do Partido Autonomista do Distrito Federal. Na ocasião foram eleitos 214 deputados federais e uma mulher.⁶ Carlota Pereira de Queiroz participou ativamente dos trabalhos na Assembléia

6 Nestes trabalhos constituintes além dos representantes eleitos pela sociedade havia uma representação classista dos empresários e trabalhadores formada de 40 deputados classistas.

Nacional Constituinte e em 1934 e assinou a Carta Magna de 7 de setembro de 1934. Junto com a deputada classista Almerinda Faria Gama (1899 - ?), mulher negra, representante do Sindicato dos Datilógrafos e Taquígrafos e da Federação do Trabalho do Distrito Federal. O destaque da atuação da deputada federal Carlota foi a elaboração do primeiro projeto brasileiro sobre a criação de serviços sociais no País.

No ano de 1934, foram realizadas eleições em todo o país. No plano estadual para as Assembléias Legislativas e Prefeituras; em vários Estados da federação as mulheres ensaiaram entrar no mundo da política e algumas obtiveram êxito. Em Santa Catarina, a professora Antonieta de Barros, seria a primeira mulher eleita deputada naquele Estado e foi a primeira mulher negra a invadir o palco da política. Em Alagoas foi eleita a médica Lili Lages. Na Bahia, assumiria em 1935, a advogada Maria Luíza Bittencourt. No Rio Grande do Norte, Maria do Céu Pereira Fernandes. Em São Paulo, duas mulheres foram eleitas, Maria Thereza Nogueira de Azevedo, diretora da Associação Cívica Feminina e Maria Thereza Silveira de Barros Camargo. Posteriormente assumiria também a professora Francisca (Chiquinha) Pereira Rodrigues. Em 1936 Bertha Lutz assumiu o mandato de deputada federal no dia 28 de julho de 1936, na vaga deixada pelo titular Cândido Pessoa que falecera (Arquivo Nacional, Fundos FBPF).

Radiantes com a posse de Bertha na Câmara Federal as feministas da FBPF realizaram no Rio de Janeiro entre 1 a 8 de outubro de 1936 o III Congresso Nacional Feminista nos salões do Automóvel Clube do Brasil para discutir as diretrizes da atuação parlamentar do mandato dela. Como legisladora Bertha apresentou o projeto Estatuto da Mulher, que propunha a reformulação da legislação brasileira quanto ao trabalho feminino e a criação do Departamento Nacional da Mulher. O primeiro projeto foi aprovado em primeira discussão em outubro de 1937. Mas em novembro deste ano o Congresso Nacional foi fechado e a discussão foi perdida. O segundo projeto encontrou resistência no mandato de Carlota Pereira de Queirós que discordava do seu conteúdo. A deputada paulista defendia que as mulheres deveriam ser equiparadas aos homens em todos os planos, inclusive político e como o projeto de Bertha propunha uma assistência separada para as mulheres e crianças, a deputada Carlota que não aprovava esta exclusividade resistia ao projeto.

Esta discórdia pode ser interpretada como relativa ao enfoque feminista de cada uma das deputadas. Os projetos da deputada Bertha defendiam tanto o fortalecimento das instituições públicas, como também a manutenção da família e da maternidade. Em outras palavras, realçava os papéis femininos, ao referir-se a mulher e a criança, assim como tinham estes trabalhos como uma “missão” individual. As sufragistas tinham um certo olhar de protecionismo e de solidariedade para a organização e os avanços das mulheres trabalhadoras.

Na realidade esta divergência entre as duas únicas deputadas mulheres da Câmara Federal naquela legislatura era o temor de Carlota que a FBPF encaminhasse uma proposta de criação de um partido feminino, e ela se posicionava contra tal perspectiva. A deputada Carlota defendia uma assistência social tradicional no âmbito das políticas assistencialistas e queria que instituição proposta pela Bertha fosse denominada Departamento de Amparo à Mulher e incluído no Ministério da Saúde. Sem tradição na luta sufragista a deputada Carlota afirmava que o projeto da Bertha discriminava os homens. As duas trocaram farpas debatendo com veemência na Câmara suas diferentes perspectivas sobre a condição feminina. O golpe de 1937 interrompeu esta disputa e encerrou a carreira política de Bertha Lutz. A médica Carlota tentou permanecer na cena política com a redemocratização do País candidatou-se a Câmara Federal nas eleições de 1945, 1950 e 1954, mas não se elegeu em nenhuma delas.

A MARCHA LENTA DO FEMINISMO NAS DÉCADAS DE 1940 A 1970

A história política brasileira nunca se caracterizou pela participação popular, tendo uma tradição de exercício do poder autoritário, seja em termos políticos, seja nas relações senhor-escravo, marido-mulher, pai-filhos. Para as mulheres este cerceamento foi mais dramático; sem acesso a educação, conquistaram o direito de voto e abriram os portões das escolas de ensino médio e superior, ao longo dos anos finais do Império as primeiras décadas republicanas. Mas, só com reforma Capanema (governo Getúlio Vargas 1930/45) foi que se consolidou o acesso feminino ao ensino superior brasileiro.

A democracia brasileira dos anos 1930 seria efêmera, já que, em 10 de novembro de 1937, um golpe militar-político restringe as liberdades democráticas, fecha o Congresso Nacional e extingue os partidos políticos. Este episódio ficou conhecido na história do Brasil como Estado Novo. Os Poderes Legislativos nacional, estadual e municipal seriam extintos por quase 10 anos, até a restauração democrática em outubro de 1945.

Como se passaram estes anos a partir da conquista do voto? Obtida a cidadania pelo direito ao voto, alguns segmentos femininos voltaram-se tanto para o ingresso no mercado de trabalho, aproveitando as oportunidades do emprego industrial, no comércio e nos serviços, como também para ingressar nas carreiras universitárias. Portanto, se nas primeiras décadas do século XX, um número crescente de brasileiras defendeu, em praça pública, o sufrágio feminino, uma vez que esta demanda foi expressa pela primeira vez, na Assembléia Constituinte de 1891 e acabou sendo negado sob argumentos preconceituosos e estreitos. Que esta consigna foi introduzida na sociedade brasileira. Mas, no primeiro quadrante do século XX, as vozes femininas eram tímidas e sem questionar a condição de inferioridade, algumas mudanças socioeconômica ocorreram na condição feminina, na medida em que estas se organizaram para pleitear acesso à educação e melhores condições de trabalho.

A conquista do direito ao sufrágio universal e sua extensão às camadas populares, mesmo que só das pessoas alfabetizadas, aliada a introdução do voto secreto foram instrumentos que acabaram por se efetivar na sociedade, legitimando a condição de que cada eleitor/a manifestasse sua opção política, longe da coerção dos mais poderosos. Porém, garantida a emancipação eleitoral esta não assegurava outros avanços. Um forte exemplo foi que durante o Estado Novo (1937/45) o governo criou o Decreto 3199 que proibia às mulheres a prática dos esportes que considerava incompatíveis com as condições femininas tais como: "luta de qualquer natureza, futebol de salão, futebol de praia, pólo, pólo aquático, halterofilismo e beisebol". O Decreto só foi regulamentado em 1965, mas representou um retrocesso na cidadania feminina.

Se a partir da conquista do voto e do ingresso das mulheres no espaço político, desde 1932/1934 até a publicação da Carta Constitucional Democrática de 1988, a presença das mulheres na política continuou sendo ainda muito tímida. A conquista

do direito ao voto em 1932 não teve forças para superar a despolíticação das massas femininas e a Federação pelo Progresso Feminino (FBPF) e outras associações de mulheres criadas ao longo do tempo quase desapareceram na vida política nacional. Como as mulheres continuavam vivendo em uma posição inferior na sociedade brasileira assiste-se permanentemente a renovação de esperanças e organizações túbias femininas surgem ao longo de todas as décadas. Embora o silêncio da história seja fantástico com relação a estes grupos.

Começamos com a redemocratização de 1943/45, as mulheres vão as ruas para defender a entrada do Brasil na guerra contra o totalitarismo nazi-fascista, lutam pela anistia dos presos políticos brasileiros, presos desde a Intentona Comunista (1935) e durante aqueles anos do Estado-Novo. Terminada a segunda guerra mundial os ventos da liberdade varrem o mundo e a democracia brasileira é restaurada. Convocam-se eleições e o processo político é instalado; as mulheres ligadas ao movimento operário ressurgem na vida política e organizações femininas explodiram no Rio de Janeiro e São Paulo. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) se reorganizou e participava da vida eleitoral. Elegeu deputados para a Assembléia Nacional Constituinte de 1946 e para as eleições estaduais de 1947; foi eleita uma mulher deputada estadual em São Paulo, Zuleika Alambert (1922 -).

Mas, a elite brasileira temia o confronto de classe e em 1948 a Lei Federal nº 211 de 7 de janeiro de 1948 cassou o registro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e extinguiu os mandatos de seus deputados. O retrocesso político não impediu que a democracia verde e amarela fosse aos trancos e barrancos sendo vivida no País e as mulheres ligadas ao PCB organizaram-se com outras mulheres simpatizantes uma entidade de mulheres para abrigar as várias tendências do pensamento de esquerda. Fundaram a Federação de Mulheres do Brasil sob a presidência de Alice Tibiriçá (1886-1950), mulher de enorme prestígio, criadora do Dia das Mães no país e das comemorações do Dia Internacional da Mulher (ver BOX).

Os anos compreendidos entre 1932 a 1964 as mulheres participaram da vida política nacional de forma enviezada, no espaço político teve-se duas deputadas federais, algumas deputadas estaduais e poucas prefeitas. Nas eleições gerais de 1945 nenhuma mulher foi eleita para a Assembléia Constituinte de 1946 e ironicamente

a redemocratização, a efervescência pela derrota do nazi-fascismo, não ampliou a participação feminina no cenário político partidário.

Nas eleições de 03 de outubro de 1950, elegeu-se como deputada federal Ivete Vargas (1927-1984), do Partido dos Trabalhadores do Brasil (PTB), de São Paulo, a única mulher na Câmara Federal, que contava apenas 23 anos de idade, à época. Reeleita por mais quatro vezes, ⁷ cassada pelo Regime Militar, no ano de 1969. Voltaria à Câmara Federal no ano de 1983, mas faleceria pouco tempo depois.

Embora na organização interna de alguns partidos políticos tivessem sido criados Departamentos Femininos ou Alas Femininas, estas serviam mais de apoio no desempenho dos papéis tradicionais femininos do que, efetivamente, de apresentar reivindicações próprias à sua condição. Como destaque de uma organização importante exclusivamente de mulheres nesta linha foi a **Federação de Mulheres do Brasil** que atuou ativamente na primeira metade dos anos 1950, depois da morte de Alice Tibiriçá, foi dirigida por Branca Fialho (1896-1965). Esta organização atuava na linha do PCB, mas de forma independente, participou da greve dos 300 mil, em 1953, da Passeata da Panela Vazia, lutando pelo aumento do salário mínimo e contra a carestia de vida. Esta mobilização das mulheres contra a carestia levou Getúlio Vargas a propor a célebre Lei Delegada nº 4 que conferia amplos poderes às autoridades públicas para defender os interesses da população. Aprovada esta lei no Congresso Nacional foi criado um órgão público para aplicá-la - Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB). A luta contra a carestia deu muita visibilidade a Federação, mas a cisão do PCB enfraqueceu esta organização que acabou sendo fechada pelo governo Juscelino Kubitschek. Ainda no âmbito do PCB foi criada uma revista dirigida para as mulheres "*Momento Feminino*", editada pela socióloga Fanny Tabak (1924 -) que defendia os direitos das mulheres trabalhadoras, salário igual para trabalho igual, creches, além da paz mundial, consigna do movimento comunista internacional. Esta revista foi regularmente publicada por mais de dez anos. No geral nas organizações sindicais ou partidárias os postos de destaque ocupados por mulheres eram daquelas que eram filhas, esposas de políticos, como bem enfatizou Tabak

7

Ivete Vargas foi eleita para as legislaturas de : 1951-1955, 1955-1959, 1959-1963, 1963-1967 e 1967-1971.

e Toscano (1982). Nas eleições de 1954, foram eleitas duas mulheres para a Câmara Federal: o PTB de São Paulo reconduzia Ivete Vargas e o PTB da Bahia elegeu Nita Costa (1907-1963). Nas eleições de 1958 e 1962 a única mulher a ser eleita para a Câmara Federal foi a veterana Ivete Vargas. Como o PCB era um partido ilegal seus simpatizantes votavam nos candidatos do PTB, mas as mulheres permaneciam na sombra, a deputada Ivete era parente de Getúlio Vargas e manteve seu domínio no circuito político petebista.

Fanny Tabak e Moema Toscano analisando estes tempos afirmam que “No período que medeia entre o suicídio de Vargas (24 de agosto de 1954) e o Movimento de março de 1964, houve, em muitos estados brasileiros, uma grande arregimentação de mulheres oriundas das camadas médias urbanas para atuar politicamente em movimentos de clara tendência de direita, muitos deles expressando a aliança entre as facções mais conservadoras da Igreja e grupos de militares anti-governistas, como foi o caso do CAMDE (Movimento de Mulheres pela Democracia), no Rio de Janeiro (...) que organizava a defesa de um suposto ataque à família brasileira e à moral católica, ambas ameaçadas pela “onda comunista que queria derrubar a democracia em nossa terra “ (1982:25).

Como se observa, as mulheres foram, de algum modo, também “usadas” para servirem ao conservadorismo do regime militar-político instalado. No entanto, mulheres foram eleitas para a Câmara Federal, nas eleições de 1965. Elas representavam seus maridos, irmãos e demais parentes cassados pelos Atos Institucionais do Regime Militar e suas vitórias como sendo uma afronta ao regime militar. Acabaram sendo cassadas também em 1969 e uma reforma partidária foi promulgada pelo governo militar para disciplinar a vida partidária, extinguiu-se os antigos partidos e criou apenas dois: ARENA e MDB. Naquelas eleições foram eleitas: Ivete Vargas (PTB/SP, ainda na sigla), Nely Novaes (Arena BA), Julia Steinbruck (MDB/RJ), Maria Lucia Mello de Araújo (MDB/AC), Ligia Doutel de Andrade (MDB/SC) e Nysia Carone (MDB/MG). Nas eleições de 1970 restava apenas com a possibilidade de se candidatar a baiana Nely Novaes que foi reeleita para Câmara Federal

A eleição de 1974 infringiu ao regime militar uma derrota estrondosa, no entanto foi eleita apenas uma mulher para o Parlamento Nacional, a professora carioca

Ligia Lessa Bastos (1919 -) que desde a década anterior participava da vida política da Capital Federal no Partido da União Democrática Nacional (UDN) com uma bandeira de luta pela educação.

Porém, em 1975, reforçadas pelo Ano Internacional da Mulher proclamado na realização da Conferência do México, promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU). As militantes feministas, no Rio de Janeiro, após muitos encontros e discussões, acabaram criando o Centro da Mulher Brasileira (CMB), a qual se constituiu na primeira organização feminista da segunda metade do século XX. Depois de 1964, todas as organizações e demais formas de expressões sociais foram erradicadas e as que sobreviveram como a antiga FBPF, Associação de Mulheres Universitárias faziam encontros de fim de tarde para tomar café e chá. Neste momento a história sofreu uma guinada e as mulheres invadem a cena.

RESUMO DAS CONQUISTAS E DERROTAS DO MOVIMENTO DE MULHERES: 1937-1975

Do silêncio dos anos 1937 a 1945, pelo cerceamento político dos movimentos sociais, as mulheres tiveram papel importante na redemocratização do país naqueles anos, foram ativistas da luta pela anistia nos anos 1940, participaram do esforço de guerra e esta mobilização continuou depois da redemocratização. Em 1949, foi fundada a Federação de Mulheres do Brasil com Alice Tibiriçá na presidência, importante liderança feminista desde os anos 1930.

Nos anos 1940 e 1950, algumas conquistas femininas podem ser destacadas. Na área da educação, houve o ingresso das mulheres, da alfabetização à educação superior. Na esfera do trabalho, em 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Decreto-Lei 5.452 de 1/05/1943, assegurou a proteção à maternidade, embora não tenha contemplado as empregadas domésticas, assim como os/as trabalhadores/as rurais.

Em relação à família, as mulheres lutaram pela alteração do item do Código Civil que tornava as mulheres casadas incapazes, tal como os menores de idade. Só em 1962, esta legislação foi mudada com a promulgação do Estatuto da Mulher Casada (Lei 4.121) que as igualava aos maridos. Nesta luta, destacaram-se as advogadas Romy Medeiros (1921 -) e Orminda Bastos (1899-1971).

A efervescência política dos anos 1960 acabou com o golpe militar de 1964, ano em que novamente a sociedade brasileira foi silenciada. Na resistência aos governos militares, as mulheres participaram ativamente de organizações de esquerda que, frente à opressão e perseguição sofrida, acabaram mortas ou exiladas na América Latina e na Europa. Só no início dos anos 1970, repercutindo a luta internacional das mulheres européias e norte-americanas, as brasileiras levantaram suas vozes.

UMA NOVA ONDA FEMINISTA

Como resultado da difusão do pensamento feminista, baseado na repercussão da leitura dos livros de Simone de Beauvoir (1910-1986) – *O Segundo Sexo* (1949) – e de Betty Friedan (1921-2006) – *A Mística Feminina* (1963), as mulheres ganharam as ruas para entoar as palavras de ordem ***Nosso Corpo nos Pertence e o Privado também é Político***, uma crítica radical à condição do ser mulher. Essa intensa mobilização levou a Organização das Nações Unidas (ONU) a realizar, em 1975, a Conferência Internacional sobre a Mulher, proclamando este o Ano de Internacional da Mulher.

No Brasil, estes acontecimentos reverberaram intensamente. Apesar do cerceamento das liberdades democráticas, novas organizações de mulheres emergiram no país. Paralelamente aos movimentos sociais que se levantavam contra a ditadura militar, as feministas propuseram-se, desde meados dos anos setenta, a denunciar a dominação sexista existente, inclusive no interior dos grupos políticos, defendendo que o movimento pelos direitos das mulheres, no Brasil, deveria ser diferenciado e não subordinado às lutas gerais do povo brasileiro.

Assim, em um contexto de crise da democracia, o feminismo organizado ganhou a sociedade, empenhado contra a supremacia masculina, a violência sexual e pelo direito ao prazer. Do seminário organizado no Rio de Janeiro, em julho de 1975, por feministas sob o patrocínio da ONU e Associação Brasileira de Imprensa (ABI), multiplicaram-se os grupos de mulheres, jornais feministas e uma intensa mobilização ganharam corpo no país.

Nos anos 1980, mulheres de outros setores organizados da sociedade civil passaram a dar visibilidade às suas questões específicas, tais como as mulheres negras e as lésbicas. Em 1984, foi realizado o I Encontro Estadual de Mulheres Negras, em São Paulo, com o objetivo de estabelecer estratégias de ação em favor das demandas dessas mulheres. Quatro anos depois, realizou-se o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, formando assim uma ampla articulação de grupos organizados em outras regiões do Brasil. Durante toda a década de 1980, formaram-se coletivos políticos de mulheres negras no Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Maranhão, Espírito Santo e Minas Gerais, dentre outros. Neste processo de visibilização dos impactos singulares do racismo sobre as mulheres destacamos, o papel das intelectuais negras Lélia Gonzalez (1945-1994) e Beatriz Nascimento (1942-1995).

A efervescência do movimento de mulheres a partir da segunda metade dos 1970 foi marcada pela diversidade das agendas feministas, e a violência contra as mulheres ganhou espaço na mídia, sobretudo depois dos assassinatos cometidos por esposos e companheiros. Repercutiram nacionalmente as mortes de Ângela Diniz (RJ), Maria Regina Rocha e Eloísa Balesteros (MG) e de Eliane de Gramont (SP). Em outubro de 1980, foi criado em São Paulo o primeiro grupo de combate à violência contra a mulher, o SOS Mulher. A consigna do movimento de mulheres mineiras QUEM AMA NÃO MATA consagrada pela mini-série da TV Globo ganhou o Brasil, com a recomendação da criação de centro de auto-defesa. Esta experiência de ação política dos movimentos sociais intitulados SOS multiplicou-se pelo país, e se constituiu em uma iniciativa pioneira de acolhimento das mulheres em situação de violência. A ação dos SOS estimulou as feministas a demandarem uma atuação do Estado, que respondeu com a criação das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAM), tendo, a primeira DEAMs, sido inaugurada em São Paulo, em 1985.

Neste contexto de diversidade e mobilização, surgiu em São Paulo o Grupo Lésbico Feminista, pioneiro no tratamento da questão homossexual, dentro do movimento feminista, e da questão da mulher, dentro do movimento homossexual. Nestes anos a bancada feminina na Câmara Federal tinha recebido duas mulheres a pernambucana Cristina Tavares (MDB/PE) e a mineira Junia Marise (MDB/MG) eleitas na eleição de 1978.

A conjuntura da década de 1980 foi marcada pelo movimento de mulheres e por esta multiplicação das agendas feministas que, somadas ao retorno à democracia no país, culminaram com as experiências iniciantes do feminismo no aparelho do Estado. Os primeiros Conselhos Estaduais foram criados em Minas Gerais e São Paulo (1983), a partir dos quais as feministas elaboraram políticas públicas, sobretudo na área da violência. Em 1985, o Presidente José Sarney encaminhou ao Congresso Nacional projeto de lei propondo a criação do **Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)**. Após aprovação pelo Congresso Nacional, o CNDM foi instituído em setembro de 1985 e teve como sua primeira presidenta a deputada estadual por São Paulo (PMDB) Ruth Escobar (1936 -). O pioneirismo do Conselho se deve à inexistência, até então, de uma instituição responsável pelas políticas públicas federais específicas para as mulheres que, naquele momento eram rarefeitas, salvo alguns programas na área da saúde como o Plano Integral de Apoio a Saúde para a Mulher (PAISM), criado em 1983.

O CNDM pautou-se pelo compromisso de servir como canal de representação dos interesses do movimento de mulheres. Em novembro de 1985, sob a presidência de Jaqueline Pitanguy, (1945 -), o Conselho lançou a Campanha Mulher e Constituinte com a convocatória ***Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher***. Esta consigna ganhou o Brasil e a forte mobilização feminina permitiu que cerca de 80% das demandas das mulheres fosse contemplada na Constituição de 1988. Nesse sentido, a atuação do CNDM foi fundamental para a consolidação de mudanças na legislação afeita às mulheres.

ARROMBAR A PORTA DA POLÍTICA: ABRIU-SE APENAS UMA BRECHA!

A lenta chegada ao estado de direito no Brasil, após a anistia em 1979, culmina no início dos anos 1980 com um grande chamamento à atuação das mulheres no espaço político. O que fazer? Continuar nos movimentos sociais, entrar nos partidos políticos e disputar as eleições? Em 1982, primeira eleição depois da volta dos exilados, o quadro partidário brasileiro já refletia este novo cenário, com a criação do Partido dos Trabalhadores (PT). No processo eleitoral o movimento de mulheres atuou em vários estados e elaborou uma plataforma feminista submetida aos candidatos majoritários. O nome cunhado pelo movimento feminista do Rio de Janeiro acabou ganhando o país e o **Alerta Feminista** virou uma tradição nas campanhas eleitorais das décadas seguintes.

Em 1979 o Senado Federal empossou a primeira mulher a ocupar uma cadeira naquela Casa pelo estado do Amazonas, Eunice Michilles, paulista de nascimento, que assumiu quando do falecimento do senador João Bosco de Lima, da Arena do Amazonas, de quem era suplente. Este fato representou uma grande novidade, aceitar que uma mulher ocupasse a suplência de Senador, não era habitual na política nacional.

Nas eleições da virada democrática de 1982 a bancada feminina na Câmara Federal estourou foram eleitas oito mulheres: Beth Mendes (PT/SP), Cristina Tavares (PMDB/PE), Irma Passoni (PT/SP), Junia Marise (PMDB/MG), Lucia Viveiros (PDS/PA), Myrthes Bevilaqua (PMDB/ES), Rita Furtado (PDS/RO). A eleição indireta para Presidente da República de Tancredino Neves e José Sarney em 1984, a doença e posterior morte do presidente Tancredino, em março de 1985, foi o estopim para fechar definitivamente o ciclo do domínio militar na política nacional. A convocatória de uma Assembléia Constituinte nas eleições de 1986 propagou as lutas feministas e permitiu que 24 mulheres fossem eleitas para a Câmara Federal, a maior bancada de mulheres da história política nacional até aquele momento. A lista das deputadas por unidade da federação.

ACRE: Maria Lucia M. Araujo (PMDB); AMAZONAS: Beth Azize (PSB), Eunice

Michilles (PFL); AMAPÁ: Raquel Capibaribe (PMDB); RORAIMA: Marluce Pinto. PIAUI: Myrian Portella (PDS); CEARÁ: Moema São Thiago (PDT); RIO GRANDE DO NORTE: Wilma Maia (PDS); PARAIBA: Lucia Braga (PFL); PERNAMBUCO: Cristina Tavares (PMDB), BAHIA: Abigail Feitosa (PMDB), Lídice da Mata (PCdoB); ESPIRITO SANTO: Rita Camata (PMDB), Rose de Freitas (PMDB); RIO DE JANEIRO: Anna Maria Ratter (PMDB), Benedita da Silva (PT), Sandra Cavalcanti (PFL); SÃO PAULO: Bete Mendes (PMDB), Dirce Tutu Quadros (PSC), Irmã Passoni (PT); DISTRITO FEDERAL: Márcia Kubitschek (PMDB), Maria de Lourdes Abadia (PFL); GOIÁS: Lucia Vânia (PMDB).

Somente nas eleições de 3 de outubro de 1990 é que, por voto direto, as mulheres conquistariam seu lugar no Senado Federal, quando foram eleitas senadoras, Júnia Marise, PDT de Minas Gerais e Marluce Pinto, PMDB de Roraima. A participação tímida das mulheres na política pode ser observada pelas eleições ao Senado: somente naquela Casa em 1979, uma suplente assumiu o cargo e depois a partir de 1982, assumiram temporariamente o mandato as seguintes suplentes: Laélia de Alcântara (PMDB/AC), Maria Syrley Donato (PMDB/SP), Dulce Braga (PDS/SP) e Eva Blay (PSDB/SP). Nas eleições de 1994 entraram Benedita da Silva (PT/RJ), primeira senadora negra, Emília Fernandes (PTB/RS), Marina da Silva (PT/AC).

De 1985 em diante os espaços políticos foram invadidos lentamente pelas mulheres: Maria Luisa Fontenele foi eleita prefeita de Fortaleza (CE), Luisa Erundina prefeita de São Paulo, eventos marcantes do aumento da participação feminina e em 1994 Roseana Sarney é eleita à primeira governadora brasileira no estado do Maranhão. A Iolanda Fleming tinha assumido o cargo de governadora no Acre na década anterior, mas ela era apenas a vice-governadora e assumiu o governo em exercício. As nordestinas Wilma Maia e Lucia Braga foram eleitas prefeitas de Natal e João Pessoa e assim na velha tradição oligárquica dos feudos as mulheres pertencentes à elite política desfrutaram de maior liberdade para colocar seus anseios de participação na sociedade, postulando cargos políticos que antes só eram permitidos para os membros varões de suas famílias.

Estes espasmos de participações em cargos majoritários têm outra dinâmica nas eleições a cargos proporcionais, nestas as mulheres estão presentes numa forma minoritária. O reconhecimento deste problema levou a Bancada Feminina no

Congresso Nacional a aprovar uma emenda à legislação eleitoral que assegurou a obrigatoriedade da cota mínima de 20% de mulheres candidatas aos cargos legislativos, já vigorando nas eleições municipais de 1996 (Lei 9.100/95). Na seqüência as mulheres brasileiras lançam a ***Campanha Mulheres sem Medo do Poder***, com os objetivos de deflagrar um amplo movimento para estimular as mulheres a se filiarem a partidos políticos e assim a possibilitar maior número de candidatas às eleições. As cotas que existem deste então não alteraram nada deste quadro partidário, a taxa de participação de candidatas e eleitas permanece estagnada, comparem as bancadas eleitas em 2006 e 2010 tem-se um mesmo número de mulheres eleitas, nem parece que houve uma mudança na legislação eleitoral que determinou em 2009 uma mudança na legislação eleitoral para estimular as candidaturas femininas. Esta revisão da Lei Eleitoral institui a obrigatoriedade dos Partidos destinarem 10% do horário obrigatório de rádio e TV para as mulheres, 5% da verba do Fundo Partidário para a capacitação de mulheres e a obrigatoriedade dos partidos de preencherem com mulheres uma cota de 30% nas chapas eleitorais. Estas regras estão escritas nas leis, mas não nas vidas das mulheres, desta forma a legislatura de 1991/1995 foram eleitas 30 deputadas federais, na seguinte (1995/1999) esta bancada aumentou para 38 deputadas federais e nas eleições de 2010, na vigência da reforma eleitoral de 2009, a bancada feminina conta com 45 mulheres. A lei eleitoral mudou, mas a vida das mulheres, não!

A PRESENÇA DE MULHERES NOS MINISTÉRIOS REPUBLICANOS

A participação nas esferas de poder completa-se quando se analisa o cenário relativo a presença feminina nos cargos Ministeriais e na chefia de Estado, no caso brasileiro só a vitória de Dilma Rousseff no segundo turno das eleições presidenciais de 2010 alterou este quadro. Que até então era dramático.

Vejam, em 121 anos de República a sociedade brasileira só teve 18 mulheres que ocuparam pastas ministeriais como efetivas e interinas. Deve-se destacar **que onze destas Ministras foram nomeadas nos dois mandatos do Presidente Lula. Apenas nas eleições de 2010, pela primeira vez uma mulher disputou o segundo turno eleitoral e foi eleita.**

Notem que estes eventos aconteceram apenas nos últimos trinta anos da história republicana nacional. Por que as mulheres que ocuparam pastas ministeriais foram todas dos últimos trinta anos: Esther de Figueiredo Ferraz (governo Figueiredo), Dorothea Werneck (duas vezes ministras nos governos Sarney e Fernando Henrique Cardoso), Zélia Cardoso de Mello (governo Collor), no governo Itamar Franco as ministras Luiza Erundina, Yeda Crusius e Margarida Coimbra, Claudia Costin (governo Fernando Henrique Cardoso) e nos dois mandatos do presidente Lula as ministras Dilma Rousseff em duas pastas, Benedita da Silva, Marta Suplicy, Marina Silva (dois mandatos), Emília Fernandes, Nilcéa Freire (dois mandatos), Matilde Ribeiro, Márcia Lopes, Isabella Teixeira e Erenice Guerra.

MULHERES MINISTRAS DE ESTADO NO BRASIL REPUBLICANO BRASIL – 1889 A 2010

Gestão Presidencial	Ministra	Pasta/Ministério	Período
João Figueiredo (1979/1985)	Esther Ferraz	Ministra de Educação e Cultura	1982 a 1985
José Sarney	Dorothea Fonseca Werneck	Ministra do Trabalho	1989 a 1990
Fernando Collor (1990-1992)	Zélia Cardoso de Mello	Ministra da Fazenda	15/03/1990 - 10/05/1991
Itamar Franco (1992- 1995)	Luiza Erundina de Sousa	Ministra-Chefe da Secretaria de Administração Federal	26/01/1993 – 10/05/1993
Itamar Franco (1992- 1995)	Yeda Rorato Crusius	Ministra de Estado chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República	26/01/1993 – 10/05/1993
Itamar Franco (1992- 1995)	Margarida Coimbra do Nascimento	Ministra de Estado dos Transportes	21/12/1994 – 03/03/1994

Secretaria de Políticas para as Mulheres

Gestão Presidencial	Ministra	Pasta/Ministério	Período
Itamar Franco (1992- 1995)	Dorothea Fonseca Furquim Werneck	Ministra de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo	01/01/1995 – 30/04/1996
Itamar Franco (1992- 1995)	Cláudia Maria Costin	Ministra da Administração Federal e Reforma do Estado	01/06/1998 – 30/12/1999
Luis Inácio Lula da Silva	Dilma Vana Rousseff	Ministra de Estado de Minas e Energia Ministra-Chefe da Casa Civil	01/01/2003 -20/06/2005 ^a partir de 21/06/2005
Luis Inácio Lula da Silva	Marina Silva	Ministra do Meio Ambiente	
Luis Inácio Lula da Silva	Marta Suplicy	Ministra de Estado do Turismo	
Luis Inácio Lula da Silva	Marina da Silva	Ministra de Estado do Meio Ambiente	01/01/2003 – 13/05/2008
Luis Inácio Lula da Silva	Sandra Starling	Ministra Interina do Trabalho e Emprego	01/01/2003 a 31/07/2003
Luis Inácio Lula da Silva	Emília Fernandes	Ministra Secretaria especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da república	01/01/2003 a 30/01/2004
Luis Inácio Lula da Silva	Matilde Ribeiro	Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República	21/03/2003 -06/02/2008
Luis Inácio Lula da Silva	Nilcéa Freire	Ministra da Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República	01/02/2004 até o presente
Luis Inácio Lula da Silva	Erenice Guerra	Ministra da Casa Civil	01/04/2010 a 16/09/2010
Luis Inácio Lula da Silva	Márcia Helena Carvalho Lopes	Ministra do Desenvolvimento Social e Combate a Fome	01/04/2010 a presente
Luis Inácio Lula da Silva	Isabella Teixeira	Ministra do Meio Ambiente	01/04/2010 a presente

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras, a partir dos registros administrativos dos Ministérios, Brasília, outubro de 2010.

Entre as ministras do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, duas destas ministras foram candidatas à Presidência da República em 2010: Dilma Rousseff e Marina Silva. Dilma Rousseff, candidata da coligação liderada pelo PT, foi eleita no dia 31 de outubro de 2010 a primeira mulher presidente. Outra ministra, Marta Suplicy (Turismo) foi à candidata a favorita dentro do Partido dos Trabalhadores para disputar a Prefeitura de São Paulo nas eleições de outubro de 2008.

Nos anos 1990, o movimento feminista ampliou sua agenda de ação, favorecido pelo ciclo de conferências patrocinado pelas Nações Unidas. Organizaram-se, nestes anos, mais de mil grupos espalhados pelo Brasil afora, atuando em partidos políticos, em estruturas do Estado, sindicatos, grupos autônomos, associações de moradores, organizações não governamentais, instâncias de controle social. As reivindicações giravam em torno de agendas gerais e específicas, tais como, de saúde das mulheres, combate à violência doméstica, fortalecimento da autonomia econômica, com a inclusão de novas demandas das mulheres negras, indígenas, trabalhadoras rurais e lésbicas.

Além disso, cresceram e têm crescido núcleos de pesquisas sobre as mulheres e as relações de gênero nas universidades brasileiras. Desde os anos 1980, as feministas acadêmicas vinham se articulando para o reconhecimento das temáticas mulheres e feminismo nos núcleos e associações acadêmicas. Neste sentido, destaca-se a criação de dois grupos de trabalho no interior da Associação Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) – o GT Mulher e Política (1982), coordenado pela professora Fanny Tabak (1924 -), e o GT Mulher e Trabalho (1983), coordenado pela professora Heleieth Saffioti (1934 -). Em 1989, estes dois grupos de trabalho foram unificados no GT – Estudos das Relações Sociais de Gênero.

Em uma perspectiva mais ampla, as feministas acadêmicas criaram, em 1992 a Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR), rede de pesquisa construída a partir da filiação dos núcleos de pesquisa universitários das regiões Norte e Nordeste (Esmeraldo, 2010). E ainda nesta mesma década foi organizada uma outra rede com pesquisadoras/es independentes, intitulada REDEFEM – Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas (1994). Estas duas redes fazem encontros bianuais desde então e permanecem atuantes no seio da comunidade acadêmica. O fortalecimento do pensamento feminista no meio

acadêmico resultou em várias publicações, como a *Revista de Estudos Feministas*, atualmente vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina, os *Cadernos Pagu*, na Universidade Estadual de Campinas, a *Revista Gênero* da Universidade Federal Fluminense e o *Espaço Feminino* da Universidade Federal de Uberlândia.

O BRASIL NO FEMININO: O QUE SOMOS? ⁸

No início do século XXI, dos 189,9 milhões de brasileiros/as, as mulheres são 51,3% da população, havendo, portanto um saldo positivo de mulheres. A ampliação deste saldo reflete a tendência das últimas décadas, explicada provavelmente por duas causas: a sobremortalidade masculina adulta (especialmente negra) e a queda nas taxas de mortalidade feminina relacionadas à gravidez, parto e pós-parto.

Ao longo da segunda metade do século XX, verificou-se um importante movimento na fecundidade, com a queda expressiva desta taxa, a qual passou de 5,8 filhos/as por mulher em 1970 para 1,89 em 2008, abaixo, portanto, da taxa de reposição populacional, fato que se repete em todas as regiões brasileiras e exprime uma profunda transformação na vida das mulheres no trabalho e na política. Provavelmente a elevação da escolaridade afastou as mulheres das funções reprodutivas, em um movimento idêntico ao ocorrido nos países mais desenvolvidos.

Seguramente a elevação da participação feminina no mercado de trabalho foi uma das mais significativas mudanças na trajetória das mulheres nos últimos quarenta anos, mas ainda permanecem, no espaço social do trabalho, discriminações e desigualdades. Em 2008 (PNAD/IBGE), a inserção econômica das quase 40 milhões de mulheres ocupadas continua precária: em torno de 16% eram trabalhadoras domésticas, 13,7% eram empregadas sem carteira assinada, 6,4% trabalhavam na produção para próprio consumo/construção para próprio uso e 6,8% em outros trabalhos não remunerados. Isso significa que 43% da população feminina ocupada (equivalente a 17 milhões de mulheres) estava em postos de trabalho com menor nível de proteção social e, portanto, mais vulneráveis, seja pela falta de carteira assinada ou até mes-

⁸ Este item contou com a colaboração de Luana Simões Pinheiro da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

mo pela falta de remuneração pelo trabalho realizado. Já entre os homens, o conjunto destas ocupações não alcançava 28% do total de ocupados.

O trabalho doméstico ainda é a principal ocupação das mulheres brasileiras e, entre estas, das mulheres negras. Esta atividade – e a precariedade das relações de trabalho que a caracteriza – é a marca da discriminação que atinge o sexo feminino. O emprego doméstico remunerado é majoritariamente ocupado por mulheres negras dedicadas aos cuidados com as pessoas e com as tarefas domésticas, tais como limpeza e alimentação. Em 2008, estas trabalhadoras/es eram 6,6 milhões de pessoas. A precarização do trabalho doméstico pode ser claramente percebida na análise dos indicadores de formalização do emprego. A baixa formalização das trabalhadoras domésticas é uma tendência que atinge mulheres de modo diferenciado, a depender da sua raça/cor ou da região que habitem, por exemplo. No conjunto, apenas 25% destas trabalhadoras contava com carteira de trabalho assinada no ano de 2008, o que significa que as demais 75% de mulheres ocupadas neste tipo de emprego estavam socialmente desprotegidas em situações de vulnerabilidade, como doenças, maternidade, velhice, entre outras.

A precariedade desta ocupação é significativamente mais intensa para as mulheres negras, cujo índice de formalização alcançou 24,4% contra 28,9% das brancas. Ou seja, depois de 66 anos da promulgação das leis trabalhistas no Brasil, as/os trabalhadoras/es domésticos ainda continuam com seus direitos pela metade, sendo necessária uma Emenda Constitucional para que estas/es tornem-se trabalhadoras com todos os direitos. Apesar de ser uma atividade de importância crucial para toda a sociedade, o trabalho de cuidado e de reprodução das famílias, quando executado de forma não remunerada, não é considerado como atividade econômica, nem contabilizado como tal. Ressalte-se que, em 2008, 86,3% das brasileiras dedicavam-se à realização de afazeres domésticos – comparadas a cerca de 45,3% dos homens. A intensidade com que se dedicam a esses afazeres também é diferenciada: as mulheres despendem algo em torno de 20,9 horas semanais cuidando de suas casas e de seus familiares, enquanto os homens que executam estas tarefas gastam menos de 10 horas por semana.

A decisão de ingressar no mercado de trabalho, a despeito de todas as dificul-

dades enfrentadas, não é concretizada na mesma intensidade para os trabalhadores dos dois sexos. A taxa de desemprego das mulheres, historicamente, é sempre superior em relação à masculina, em grande parte devido ao ciclo da vida reprodutiva feminina, que causam participação intermitente das mulheres no mercado ao longo de suas vidas. Enquanto a taxa de desemprego masculina foi de 5,2%, em 2008, a feminina atingiu 9,6%, o que representa um contingente de mais de 1,2 milhões de mulheres desempregadas em comparação aos homens. Importante destacar que tais taxas vêm caindo significativamente desde 2003, movimento que foi um pouco mais favorável para as mulheres, mas não o suficiente para reverter o quadro de desigualdade.

Estas diferenças na forma de inserção no mercado de trabalho, aliadas às desigualdades educacionais, à segregação de mulheres e negros em postos de trabalho de menor qualidade, e à existência de mecanismos discriminatórios e preconceitos baseados em estereótipos tais como o de incapacidade feminina para a liderança, fazem com que a remuneração mensal de mulheres e negros seja sempre inferior à verificada para homens e brancos. Com efeito, em 2008, enquanto as mulheres brancas ganhavam, em média, 63,0% do que ganham homens brancos, as mulheres negras ganhavam 65,8% dos homens do mesmo grupo racial e apenas 35,3% do rendimento médio de homens brancos.

Importante destacar que, provavelmente devido à política de valorização do salário mínimo e às políticas sociais de transferência de renda implementadas na última década, os diferenciais de remuneração entre estes grupos vêm caindo ao longo dos anos, apesar de em ritmo lento, dada a condição estruturante das desigualdades na sociedade brasileira. Entre 2004 e 2008, todos e todas ganharam, mas as mulheres um pouco mais, o que permitiu a redução do hiato salarial existente entre trabalhadoras e trabalhadores, sendo possível afirmar que há uma tendência contínua de redução do hiato salarial entre homens e mulheres na economia brasileira. Há, sem dúvida, um processo de fortalecimento da autonomia econômica feminina, que atingiu de forma desigual às mulheres de grupos raciais, mas que ainda está longe de representar o alcance de um patamar de igualdade de gênero.

No cenário internacional, o Brasil, que foi um dos primeiros países a garan-

tir os direitos políticos às mulheres, atualmente integra o grupo dos países com mais baixo desempenho quanto à presença de mulheres no Parlamento. A União Interparlamentar divulgou em dezembro de 2009 dados sobre a participação de mulheres nos parlamentos e nos gabinetes. Em uma lista de 192 países, o Brasil ocupa a 107ª posição, com menos de 9% de mulheres na Câmara dos Deputados. Já o Senado conta com 12,3% de cadeiras ocupadas por mulheres. De acordo com a UIP, a proporção de mulheres na Câmara dos Deputados no Brasil é mais baixa que todas as médias regionais do mundo. A média dos países árabes, por exemplo, considerada a mais baixa de todas, é de 9,6%. A média das Américas, por sua vez, é de 22%, e a média mundial é de 18,7%.

Não se pode esquecer a questão da violência contra as mulheres. Há elevados percentuais de violência doméstica no país, cometidos contra meninas e mulheres, no geral dentro de suas próprias casas, pelas mãos de pais e maridos ou companheiros e ex-companheiros. Ressalte-se a aprovação da Lei Maria da Penha, de sete de agosto de 2006, que criou mecanismo para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Vale assinalar que o Relatório Global do UNIFEM, recentemente lançado, classificou a Lei Maria da Penha como uma das três legislações mais avançadas para enfrentamento da violência contra as mulheres no mundo. O impacto desse importante avanço legal somente poderá ser mensurado daqui a alguns anos, articulado com as mudanças sócio-culturais, promotoras da igualdade entre mulheres e homens.

O FEMINISMO NO ESTADO: A ATUAÇÃO DA SPM/PR ⁹

A despeito da mobilização cada vez mais intensa e da proliferação de espaços destinados a estudar os temas de gênero, mulheres e feminismos, na década de 1990, o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres foi sendo esvaziado. O Plano Collor de combate à inflação tirou a autonomia financeira do CNDM e este acabou também perdendo a capacidade administrativa e o poder de executar políticas diretamente. Em 1994, o Conselho foi reativado em virtude das reuniões preparatórias

9

Este item contou com a colaboração de Luana Simões Pinheiro da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR).

da delegação brasileira para as Conferências do Cairo (1994) e de Beijing (1995). Esta reativação também foi uma resposta à proposta encaminhada pelo movimento feminista aos candidatos à Presidência da República nas eleições de 1994 para a criação de uma Secretaria vinculada à Casa Civil – da qual o Conselho também faria parte. Estas ações tinham como objetivo a execução de um Programa de Igualdade e Direitos da Mulher. Mesmo sem as condições mínimas necessárias ao seu funcionamento o CNDM se fez presente na IV Conferência Mundial da Mulher, em Beijing.

No final da década de 1990, um novo grupo de conselheiras foi formado a partir da apresentação de listas tríplexes por instituições da sociedade civil. Ainda sem orçamento e com uma estrutura administrativa insuficiente, o Conselho passou a lutar pela criação de uma estrutura que resgatasse o seu papel original qual seja, o de executor de políticas públicas. De fato, uma grande vitória do movimento feminista e de mulheres foi ter colocado na agenda pública não apenas as principais demandas femininas, mas também a necessidade de uma institucionalidade que respondesse por elas.

É nesse contexto que, em finais de 2002, foi criada a Secretaria Especial dos Direitos da Mulher (SEDIM), órgão vinculado ao Ministério da Justiça que, a despeito da importância de sua criação, teve pouco tempo para desenvolver suas atividades. É em 2003, portanto, que um salto de qualidade é dado tanto no que se refere à institucionalização do tema no executivo brasileiro, quanto às possibilidades de desenvolvimento de políticas públicas nas mais diferentes esferas do governo federal. Foi criada pela Lei nº 10.683/2003 a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), vinculada diretamente à Presidência da República e dotada de *status* ministerial e de orçamento.

Inspirada no princípio de igualdade de condições entre homens e mulheres, a SPM propõem estratégias para o desenvolvimento de políticas para as mulheres, baseada no princípio da transversalidade, ou seja, da incorporação da perspectiva de gênero e raça nas ações desenvolvidas por todos os órgãos do governo federal. A criação da SPM legitimou a elaboração e implementação de políticas públicas para as mulheres no aparelho do estado que tem como objetivo a eliminação de todas as formas de discriminações e desigualdades de gênero e raça/etnia e a consolidação de plenos direitos humanos e cidadania para as mulheres.

Para traçar esta ação, a SPM e o CNDM convocaram duas Conferências Nacionais, uma em 2004 e outra em 2007, que mobilizaram milhares e milhares de mulheres de todo o país. Destas conferências resultaram os dois grandes instrumentos de luta política dentro e fora do Estado: os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, que definiram os eixos estratégicos da ação da política social feminista no Brasil.

O I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I PNPM) foi lançado em dezembro de 2004, e resultou de um processo amplamente participativo e democrático que envolveu, direta e indiretamente, 120 mil mulheres de todo o país em conferências municipais, estaduais e na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. A Conferência Nacional aprovou, em sua plenária final, os princípios da Política Nacional para as Mulheres e um conjunto de 239 diretrizes que orientaram a atuação estatal na construção de suas políticas públicas direcionadas às mulheres, e representaram o resultado concreto das discussões travadas em todo o Brasil durante o processo da I CNPM.

Em 2007, uma segunda Conferência Nacional foi convocada com o objetivo de avaliar a implementação do I PNPM e revisá-lo segundo as principais demandas apontadas. Neste processo, do qual participaram 200 mil mulheres foram reafirmados os princípios e diretrizes do I PNPM e ampliadas às áreas estratégicas de ação, bem como as parcerias inter-institucionais. Isto significa que o PNPM se renova por meio do processo de avaliação, sem perder a referência dos pressupostos, princípios e diretrizes que pautam a Política Nacional para as Mulheres e que norteiam os seus principais objetivos e ações.

A partir das discussões travadas na II CNPM, foi lançado, em março de 2008, o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres com um conjunto de 388 ações distribuídas em onze grandes eixos de atuação que, sem dúvida, fortaleceram a agenda social de gênero do governo federal. São elas: (i) autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social; (ii) educação inclusiva, não sexista, não racista, não homofóbica e não lesbofóbica; (iii) saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; (iv) enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; (v) participação política das mulheres e igualdade em todos os espaços de

poder; (vi) desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, inclusão social, soberania e segurança alimentar; (vii) direito das mulheres à terra e moradia digna, bem como serviços com cidadania, garantindo a qualidade de vida nas áreas urbanas e rurais, considerando as etnias e comunidades tradicionais; (viii) cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas, não-discriminatórias, não-sexistas, anti-racistas, não-lesbofóbicas e não-homofóbicas; (ix) enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; (x) enfrentamento das desigualdades que atingem as mulheres jovens e idosas em suas especificidades e diversidades; e (xi) gestão e monitoramento do Plano.

O II PNPM é uma conquista de toda a sociedade brasileira impulsionada, especialmente, pela atuação do movimento feminista e de mulheres. É resultado também da ação silenciosa e contínua de mulheres anônimas que enfrentam no cotidiano de seus dias as dificuldades impostas por uma sociedade que ainda tem muito a se desenvolver em direção à igualdade de gênero.

DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DA IGUALDADE NO BRASIL

Neste centenário, o olhar histórico sobre a efetivação das idéias libertárias feministas na sociedade brasileira evidenciou mudanças culturais expressas nos avanços legislativos, políticos, econômicos e culturais voltados a maior igualdade entre homens e mulheres. Estes foram mais acentuados na família, no trabalho e são ainda tímidos relativamente aos espaços de poder e decisão e no acesso a direitos e oportunidades.

Resultantes destas lutas as mulheres brasileiras no início do século XXI têm tido uma presença crescente em todos os níveis de ensino no Brasil, tendo começado o século XX analfabetas são, na atualidade, a maioria no ensino médio, dominam o ensino de graduação e já tem um número maior de bolsas de mestrado e doutorado no país. Assim, as mulheres tendem a se qualificar mais que os homens para ingressarem no mercado de trabalho, o que, no entanto ainda não se reverteu em salários mais elevados ou em ocupações de postos de decisão e poder, como também não significou a desobrigação das responsabilidades domésticas e dos cuidados familiares.

Os desafios para que alcancemos uma real igualdade entre homens e mulheres são múltiplos e complexos, pois envolvem desde aspectos relacionados à estrutura e

à cultura organizacional do Estado brasileiro, quanto aos valores sexistas e racistas que disseminados pela nossa cultura, insistem em ainda relegar as mulheres a um plano inferior na sociedade.

Na II Conferência Nacional, quando o I PNPM foi avaliado por mais de 200 mil mulheres em todo o país, foram apontadas, como principais demandas em relação à institucionalização da Política Nacional para as Mulheres e sua implementação: i) a inexistência de organismos de políticas para as mulheres em inúmeros governos estaduais e na maioria dos governos municipais; ii) o baixo orçamento para as políticas para as mulheres; iii) a criminalização do aborto; iv) a falta de dados e informações estratégicos para a tomada de decisões; v) a baixa incorporação da transversalidade de gênero nas políticas públicas; vi) a ausência de compartilhamento, entre mulheres e homens, das tarefas do trabalho doméstico e de cuidados; e vii) maior participação das mulheres nos espaços de poder e decisão.

Importante acrescentar a esta lista o desafio apontado pelo Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência, qual seja, a erradicação de todas as formas de violência contra as mulheres, a partir, entre outros fatores, da construção de uma cultura de paz e de irrestrito respeito às diversidades de gênero e valorização do feminino na sociedade.

Neste ano de 2010 as mulheres do Brasil e de todo o mundo comemoram os 100 anos da histórica Conferência da Dinamarca na qual foram reforçados marcos da luta feminista, que provocaram uma diminuição dos poderes e privilégios dos homens, como nunca tinha acontecido até então na história das mulheres. Todavia, a vitória foi parcial: seguramente as mulheres de 2010 são diferentes de suas avós e mães, mas ainda persistem na economia e na cultura valores patriarcais que as mantêm em posição de subordinação na sociedade.

Reconhece-se que o feminismo foi o movimento social mais importante da segunda metade do século XX e esta atuação modificou a vida de gerações de mulheres, dos mais diversos segmentos sociais e raciais. No século XXI, o feminismo consolida-se como política de Estado, ao mesmo tempo em que se ampliaram os mecanismos de consulta e participação social na formulação de políticas públicas. Mas, a vida das mulheres e homens ainda não foram totalmente tocada pelo ideário da igualdade e permanece como um desafio para as novas gerações.

ESCREVENDO PARA NÃO CAIR NO ESQUECIMENTO

Mesmo não tendo como objetivo o resgate destas memórias do passado colonial e imperial das mulheres brasileiras, mas partindo da Proclamação da República a partir de três momentos definidos: a) uma rápida passagem pelas primeiras décadas republicanas quando as mulheres se mobilizaram mais intensamente na luta pela conquista do direito ao voto até o final dos anos sessenta quando a condição da emancipação já se efetiva ao iniciar o ingresso das mulheres na educação e nos espaços de trabalho; b) a partir dos anos setenta, quando a luta das mulheres começa a tomar fôlego e força, enfrentando mais abertamente a hostilidade masculina, ao deixar ao esquecimento sua “missão natural de mulher” e emergir para a visibilidade de suas organizações e mobilizações femininas e feministas, no contexto emergente dos movimentos políticos e sociais, com a saída definitiva dos espaços privados e familiares deslocando-se para os espaços públicos. Período, o qual se convencionou chamar da “segunda onda do feminismo brasileiro”. Por fim, a partir da Carta Constitucional de 1988, quando o Estado brasileiro, ingressa, em definitivo, na ordem democrática do Estado de direito.

O enfoque proposto suscita várias e complexas questões/desdobramentos. Neste sentido, algumas escolhas ou olhares foram recortados para direcionar esta reflexão. Instiga-se a pensar a significação da presença das mulheres nas relações entre espaço/vida privada e espaço/vida pública, a fim de responder a pergunta: que fatores estão na origem da participação (ou não) das mulheres nas esferas de poder, seja na política, seja nas esferas jurídicas ou no mundo do trabalho? Ainda é necessário pensar a importância da presença das mulheres nas formas de participação-representativa constituídas! As pesquisas no campo da sociologia política já evidenciaram que desde os anos 1980, o locus primeiro da presença das mulheres em espaços públicos e com participação sócio-política, ocorreu no contexto dos movimentos sociais, uma vez que estes privilegiavam as relações entre reivindicações e necessidades ligadas à esfera da reprodução, a saber, aquelas especificamente chamadas de “femininas”. Este texto espera provocar reflexões que contribuam para o fortalecimento do pensamento feminista e a conquista definitiva da igualdade entre homens e mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Branca Moreira, *Ideologia & Feminismo. A luta da mulher pelo direito ao voto no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1980.

BRASIL, ARQUIVO NACIONAL, Fundo Federação Brasileira pelo Progresso da Ciência (FBPC).

BRASIL, SENADO FEDERAL, *Dados Biográficos das Senadoras Brasileiras (1979/2004)*, Senado Federal, 2004.

BRASIL, SPM/PR, Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, *Mais Mulheres no Poder – Contribuição à Formação Política das Mulheres 2010*, Marlise Matos e Lâris Ramalho Cortês. Brasília, PR/SPM, 2010.

BANDEIRA, Lourdes Maria, *FEMINISMO: Memória e História*, em ANAIS, 8º Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR), Fortaleza, 1999.

BANDEIRA, Lourdes., MELO, Hildete. P.de, PINHEIRO, Luana.S., Mulheres em Dados: o que informa a PNAD/IBGE, 2008, em *Observatório BRASIL da Igualdade de Gênero*, Brasília, SPM/PR, Edição Especial, julho de 2010.

ESMERALDO, Gema G., *“Marcas de Novas Institucionalidades nas Universidades criadas por Núcleos e Redes Acadêmicas e Feministas”*, em ANAIS, 2º Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – **Pensando Gênero e Ciências**, Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SMP/PR), Brasília, 2010.

HAHNER, June, *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

LAVINAS, Lena, MELO, Hildete Pereira de, *“Mulheres sem Medo do Poder: chegou a nossa vez”*, Cartilha para as Mulheres Candidatas a Vereadoras, 1996”, Rio de Janeiro, DIPES/IPEA, Bancada Feminina no Parlamento Nacional/ IBGE/Senado Federal, 1996.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes, *Bertha Lutz*, verbete, Dicionário Mulheres do Brasil, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.

MELO, Hildete Pereira de & MARQUES, Teresa Cristina de N., Dicionário *Mulheres do Brasil*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000, Coordenação da Pesquisa e da Redação dos Verbetes.

MELO, Hildete Pereira de & MARQUES, Teresa Cristina de Novaes, Partido Republicano Feminino – construindo a cidadania feminina no Rio de Janeiro, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*, 1- 2000, pp. 71-77.

TABAK, Fanny & TOSCANO, Moema, *Mulher e política*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

Linha do Tempo

O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL

HILDETE PEREIRA DE MELO
LOURDES BANDEIRA

A elaboração da Linha do Tempo, realizada com o apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) destaca as datas significativas das lutas feministas das mulheres brasileiras e toma como marco o que considera como a primeira evidência histórica de mudança no *status* feminino nos espaços de poder. Este fato ocorre num momento em que o Estado brasileiro ainda não havia sido criado, pois se dá antes da proclamação da Independência, no ano de 1822 quando a Princesa do Brasil, Maria Leopoldina de Habsburgo, pela primeira vez exerceu a regência do país, na ausência de D. Pedro que se encontrava em São Paulo. Este é um momento histórico para as mulheres por que significou uma mudança na esfera do poder quando uma mulher da elite ascendeu ao mais alto posto do País.

Porque reconstruir esta memória? Pela preocupação de retirar das sombras as figuras femininas e mostrar que as mulheres estiveram presentes na história brasileira. É dever de todas reconstruir a memória das mulheres na luta coletiva contra o sexismo e o racismo, contra as condições de aversão e inferiorização do feminino, transformadas em práticas rotineiras de subordinação das mulheres.

O desenvolvimento do movimento de mulheres durante estes 188 anos se constituiu como uma poderosa narrativa de desconstrução das desigualdades históricas estabelecidas entre homens e mulheres, a partir da denúncia sobre a invisibilidade feminina nos espaços domésticos e da sua posição secundária na sociedade.

Tantos caminhos foram percorridos por mulheres nas lutas por cidadania, mulheres anônimas de todas as cores e de todos os recantos deste país participaram dessa empreitada. O feminismo lhes possibilitou sair do lugar de invisibilidade e apostar na perseguição da mudança do mundo arcaico em um novo mundo, de afirmação de direitos de todos e todas.

O começo tem uma data: 1822, mas o fim não. Vocês podem acrescentar acontecimentos que ficaram encobertos pela História oficial, desde que estes possam ser documentados por publicações, periódicos, livros e entrevistas.

Participem!!!!

CRONOLOGIA

- 1822 – A princesa do Brasil e arquiduquesa da Áustria Maria Leopoldina de Habsburgo-Lorena (1797-1826), esposa de D.Pedro exerceu pela primeira vez a regência do Brasil. Durante este período presidiu a sessão do Conselho de Estado, o qual deliberou pela separação entre os dois reinos. Foi coroada imperatriz do Brasil no dia 1º de dezembro daquele ano.
- 1827 – Promulgada a primeira lei sobre a educação das mulheres, permitindo que estas freqüentassem as escolas elementares. Todavia, continuava proibida a freqüência de mulheres em instituições de ensino de níveis mais elevados.
- 1832 – Nísia Floresta (1810-1885) publicou, em Recife/PE, o livro, ***Direitos das mulheres e injustiça dos homens*** – primeiro texto a defender os direitos das mulheres a educação e ao trabalho.
- 1858/59 – De 13 de abril a 06 de junho de 1858 foi publicado na forma de folhetim no Jornal da Província do Rio de Janeiro “*A Marmota*” capítulos do livro intitulado **D.Narcisa de Villar** de autoria de Ana Luisa de Azevedo Castro (?- 1869), este romance foi publicado na íntegra no ano de 1859.

- 1859/60 – A professora negra maranhense Maria Firmina dos Reis (1825-1917) publicou o primeiro romance abolicionista brasileiro intitulado *Ursula*.
- 1873 – Francisca Senhorinha da Motta Diniz edita um dos primeiros jornais femininos – *O Sexo Feminino* em Minas Gerais.
- 1879 – O governo imperial autoriza as mulheres a freqüentarem instituições de ensino superior.
- 1882 – Fundação da Sociedade das Cearenses Libertadoras.
- 1884 – Libertação dos escravos no Ceará (25/03/1884) e fundação em Recife (PE) da associação feminina abolicionista “Ave Libertas”.
- 1885 – A compositora e pianista Chiquinha Gonzaga (1847-1935) estréia como maestrina, ao reger a opereta “A Corte na Roça”, musicada por ela e libretto de Palhares Ribeiro. A estréia foi no dia 17 de janeiro de 1885.
- 1887 – Diplomou-se a primeira mulher médica do Brasil: Rita Lobato Velho Lopes (1867-1954) pela Faculdade de Medicina da Bahia.
- 1888 – A Princesa Isabel (1846-1921) sancionou a lei que aboliu a escravatura no Brasil.
- 1888 – Foi fundado na cidade de São Paulo o jornal A Família, por Josephina Álvares de Azevedo, dedicado à educação das mães, defendia a educação feminina como forma de emancipar as mulheres. Posteriormente este jornal foi transferido para o Rio de Janeiro e circulou regularmente até 1897.
- 1890/1891 - Encenada na Capital Federal – Rio de Janeiro, a peça de teatro *O voto feminino*, de Josephina Álvares de Azevedo (1851 - ?).

- 1902 – Envio pelo Centro das Classes Operárias, do Distrito Federal, de uma proposta de emenda para o Projeto do Código Civil que estava em debate no Congresso Nacional, propondo igualdade para as mulheres. Esta proposta era assinada pelas seguintes categorias de trabalhadores: Oficinas da Central do Brasil, Arsenal da Marinha, Imprensa Nacional, Fábrica de Tecidos Cruzeiro, Representante dos Operários da Tecidos Carioca, União dos Operários do Engenho de Dentro, Centro dos Maquinistas da Central do Brasil e da assinatura da advogada feminista Mirtes de Campos (c 1875 - ?).
- 1905 – Fundação do jornal operário **Anima Vitae** por Ernestina Lesina e companheiros/as operários/as.
- 1906 – Fundação da revista feminina **A estrela**, no estado do Ceará.
- 1906 – Greve das costureiras em São Paulo por melhores condições de trabalho.
- 1907 – Greve das costureiras do Rio de Janeiro pela jornada de 8 horas de trabalho.
- 1910 - Fundação por um grupo de mulheres do Rio de Janeiro do Partido Republicano Feminino, liderado pela professora Leolinda de Figueiredo Daltro (1860-1935) e tendo como presidenta honorária Orsina da Fonseca (1868 – 1912), primeira esposa do Presidente da República Hermes da Fonseca.
- 1917 – Passeata de Mulheres no Rio de Janeiro, reivindicando o direito ao sufrágio feminino, organizada pelo Partido Republicano Feminino.
- 1917 – O Estado brasileiro admite o ingresso de mulheres no serviço público.
- 1918 – Bertha Lutz (1894 – 1976) publica na Revista da Semana o artigo **Somos Filhos de Tais Mulheres**, este texto teve um enorme impacto na sociedade.
- 1919 – O Senador Justo Chermont apresenta o Projeto de Lei 102 em favor do voto feminino.

- 1919 – Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura (1887–1945) fundam a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher.
- 1919 – Leolinda de Figueiredo Daltro (c1860–1935) apresenta-se como candidata a Intendência Municipal do Distrito Federal.
- 1919 – Fundação da União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas, no Rio de Janeiro, por Aida Morais, Carmen Ribeiro, Elisa Gonçalves de Oliveira, Elvira Boni, Isabel Peleteiro, Noemia Lopes. Esta associação liderou uma greve das costureiras por salários e jornada de oito horas. Esta greve foi noticiada pelo *Jornal do Brasil* como a “greve das abelhas de luxo”. Esta associação fechou em 1922.
- 1920 – Bertha Lutz participa da Conferência Pan-Americana pelo Direito ao Voto Feminino em Baltimore nos Estados Unidos.
- 1921 – Fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) na cidade do Rio de Janeiro, Brasil.
- 1922 – Realização do I Congresso Internacional Feminista da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) na cidade do Rio de Janeiro.
- 1926/27 – Nesta legislatura o Senador Juvenal Lamartine (Rio Grande do Norte) apresenta um novo projeto sobre o sufrágio feminino.
- 1927 – Entrega pelas lideranças feministas brasileiras no Senado Federal de um abaixo-assinado com duas mil assinaturas, pedindo a aprovação do Projeto do Senador Juvenal Lamartine.
- 1927 – O governador eleito do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine elabora uma lei que concede direitos políticos às mulheres do seu Estado. Esta lei foi sancionada pelo seu antecessor no exercício do mandato, José Augusto Bezerra de Medeiros.

- 1927 – A professora de Mossoró (RGN) Celina Guimarães Viana alistou-se como eleitora no dia 25 de novembro de 1927, foi a primeira eleitora do Brasil.
- 1928 – Alzira Soriano é eleita Prefeita de Lages no Estado do Rio Grande do Norte.
- 1928 – A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino lançou o manifesto à nação “Manifesto Feminista” ou “Declaração dos Direitos da Mulher”.
- 1930 - Fundação da Aliança Nacional de Mulheres pela advogada gaúcha Natércia da Silveira, que tinha acompanhado os revolucionários de 1930 ao Rio de Janeiro.
- 1931 – A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino promove no Rio de Janeiro o II Congresso Internacional de Mulheres.
- 1931 – Fundado em São Paulo a Frente Negra Brasileira (FNB) esta entidade existiu até 1937.
- 1933 – A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino promove o II Congresso Feminista Nacional na cidade de Salvador (BA).
- 1932 – Em fevereiro de 1932 Getúlio Vargas assina o novo Código Eleitoral e concede o direito de voto às mulheres, maiores de 18 anos e alfabetizadas em igualdade com os homens.
- 1932 – Pela primeira vez na história do esporte brasileiro uma mulher a nadadora paulista Maria Lenk foi incluída na delegação brasileira dos Jogos Olímpicos de Los Angeles (EUA).
- 1933 – Carlota Pereira de Queiroz (1892-1982), médica paulista é eleita a primeira Deputada Federal do Brasil.
- 1933 – A trabalhadora negra Almerinda Gama (1899-1992) é eleita Deputada Classista para a Assembléia Nacional Constituinte de 1934.

- 1934 – A Assembléia Nacional Constituinte de 1934 assegura o princípio da igualdade entre os sexos, o direito ao voto feminino e a regulamentação do trabalho das mulheres e a igualdade salarial.
- 1934 – Vitórias nas eleições estaduais de 1934. No dia 14 de outubro de 1934, foram eleitas deputadas estaduais: Antonieta de Barros (SC), Lili Lages (AL), Maria do Céu Pereira Fernandes (RGN), Maria Luisa Bittencourt (BA), Maria Teresa Silveira de Barros Camargo (SP), Maria Teresa Nogueira de Azevedo (SP), Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro (SE), Rosa Castro (MA), Zuleide Bogeá (MA).
- 1934 – A FBPF promoveu a II Convenção Feminista Nacional na cidade de Salvador.
- 1935 – Fundação pelas mulheres socialistas e comunistas da União Feminina do Brasil.
- 1936 – Bertha Lutz que havia sido eleita suplente assume no dia 28 de julho de 1936 o mandato de Deputada Federal devido à morte de seu titular Cândido Pessoa.
- 1936 – A FBPF realizou o III Congresso Nacional Feminista no Rio de Janeiro, nos dias 1 a 8 de outubro de 1936.
- 1937 - A Deputada Bertha Lutz apresenta o projeto de Lei “Estatuto da Mulher” que incorporava os benefícios da Constituição Federal de 1934 e acrescentava outros direitos as trabalhadoras nacionais.
- 1944 – Criado por Abdias Nascimento o Teatro Experimental do Negro (TEN) no Rio de Janeiro.
- 1945 – As mulheres organizam comitês em prol da defesa dos seus direitos e da soberania nacional.
- 1949 – Fundada a Federação de Mulheres do Brasil, pelas militantes feministas de esquerda e presidida por Alice Tibiriçá (1886-1950), com sua morte foi esta associação dirigida por Branca Fialho (1896-1965).

- 1949 – Lançado o jornal *Momento Feminino*, pela Federação das Mulheres do Brasil, sob a direção de Ana Montenegro e da vereadora do Distrito Federal Arcelina Mochel, na década de 1950, esta revista foi dirigida por Fanny Tabak (1924 -).
- 1950 – Fundação do Conselho Nacional das Mulheres Negras, por Maria de Lurdes Vale do Nascimento, como uma atividade relacionada ao Teatro Experimental do Negro.
- 1956 – Realizada a Conferência Nacional das Trabalhadoras.
- 1956 – O governo Juscelino Kubitschek suspendeu as atividades de várias entidades feministas e feministas, como a Associação Feminina do Distrito Federal e a Federação das Mulheres do Brasil.
- 1959/60 – Substituindo a Federação de Mulheres do Brasil as mulheres criaram a Liga Feminina do Estado da Guanabara, fechada pelo golpe militar de 1964.
- 1962 – O Presidente João Goulart sanciona a Lei 4.121 de 27 de agosto de 1962, chamada de Estatuto da Mulher Casada que revogou o dispositivo do Código Civil vigente desde 1916 que considerava as mulheres casadas incapazes como os menores de idade. Ao longo de toda a década de 1950 o movimento feminista participou desta luta com a liderança das advogadas Romy Medeiros (1921 -) e Orminda Bastos (1899-1971) e do deputado Nelson Carneiro (1910-1996).
- 1963 – O Brasil promulga a Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher, adotada pela VII Assembléia Geral das Nações Unidas, depois do Congresso Nacional a ter aprovado em 1953.
- 1963 – Neste ano a **Revista Claudia** iniciou a publicação da coluna “*A arte de Ser Mulher*” da jornalista Carmem da Silva que circulou até 1984. Esta coluna teve grande repercussão na sociedade brasileira e foi uma fonte reflexão para as mulheres.

- 1964 – Organização das Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade, liderada por mulheres das camadas médias e ricas da sociedade brasileira. Estas passeatas foram consideradas como um momento político importante de preparação do golpe militar e aconteceram em várias capitais do país.
- 1967 – Promulgada a Constituição de 1967 que concede as mulheres o direito da aposentadoria integral ao completarem 30 anos de serviço.
- 1971 – Visita da feminista norte-americana Betty Friedam ao Brasil para lançar seu livro *A Mística feminina*. A escritora foi recepcionada pela feminista brasileira Rose Marie Muraro e suas entrevistas à imprensa tiveram enorme repercussão no país.
- 1971 – Organizado em Porto Alegre (RGS) no dia 20 de novembro a primeira comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra.
- 1972 – O Congresso Nacional aprova o projeto de Lei do Deputado paulista Francisco Amaral que regulamentou parcialmente o trabalho das empregadas domésticas no Brasil.
- 1972 – Romy Medeiros através da entidade criada por ela Conselho Nacional de Mulheres organiza o Seminário da Mulher patrocinado pela BENFAM e pela empresa CocaCola no Rio de Janeiro.
- 1975 – Realização do Seminário “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, organizado por Mariska Ribeiro, Branca Moreira Alves, Elice Muneratto, Maria Luiza Heilborn, Maria Helena Darci de Oliveira, Kátia Almeida Braga, dentre outras mulheres cariocas com o patrocínio da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Julho de 1975.
- 1975 – Como resultado do seminário “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira” foi criado o Centro da Mulher Brasileira no Rio de Janeiro.

- 1975 – A Organização das Nações Unidas (ONU) organiza o ANO INTERNACIONAL DA MULHER, conferência realizada em setembro na cidade do México. Bertha Lutz chefiou a delegação brasileira.
- 1975 – Criação do Movimento Feminino pela Anistia, idealizado por Terezinha Zerbini, na cidade de São Paulo, rapidamente espalhou-se por oito estados brasileiros: SP, BA, MG, CE, PB, RS, SE, PE.
- 1975 – Fundação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB) em São Paulo, por Albertina Duarte, Carmita Alves de Lima, Marise Egger, Vera Menegez entre outras.
- 1976/77 – São fundados os jornais feministas *Nós Mulheres* (São Paulo) e o *Brasil Mulher*.
- 1976 – Comissão Parlamentar de Inquérito para examinar a situação da mulher em todos os tipos de atividades.
- 1976 – Assassinato de Ângela Diniz por Doca Street em Búzios no Rio de Janeiro, crime que possibilitou a organização de inúmeras entidades de mulheres na luta contra a violência.
- 1977 – Lei n.6.515 de 1977 que aprova o direito ao Divórcio no Brasil, projeto do Senador Nelson Carneiro (1910-1996).
- 1978 – Feministas apresentam para os partidos políticos um documento com suas reivindicações, intitulado **Alerta Feminista para as Eleições de 1978**.
- 1978 – Realização do I Congresso da Trabalhadora Metalúrgica, organizado pelo Sindicato dos Metalúrgicos e o jornal feminista Brasil Mulher.
- 1978 – Fundado em São Paulo O Movimento Negro Unificado.

- 1979 – Criado grupo sobre estudos da mulher na Associação Nacional de Pesquisas e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS).
- 1979 – Realização do I Congresso da Mulher Paulista, no teatro Ruth Escobar, organizado pelo movimento feminista e movimento de mulheres da periferia de São Paulo.
- 1979 – Eunice Michilles toma posse como Senadora, é a primeira mulher a ocupar uma cadeira no Senado Federal, tendo assumido em virtude da morte do senador João Bosco de Lima (AM).
- 1979 – A ONU aprova a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW).
- 1979 – A TV Globo estreou o seriado MALU MULHER no dia 24 de maio de 1979, este ficou no ar até 22 de dezembro de 1980. Escrito por Euclides Marinho e dirigido por Daniel Filho e estrelado por Regina Duarte, abordando os problemas da condição feminina com enorme repercussão na sociedade.
- 1980 – Encontro Nacional Feminista na reunião anual da SBPC (Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência) no Rio de Janeiro.
- 1980 – Realização do Encontro Feminista de Valinhos (São Paulo) que recomendou a criação de centros de autodefesa, para coibir a violência doméstica.
- 1980 – Criado em São Paulo e no Rio de Janeiro os grupos feministas SOS Mulher.
- 1980 – II Congresso da Mulher Paulista.
- 1980 – I Congresso da Mulher Fluminense.
- 1980 – A TV Globo estreou o programa diário TV MULHER, todas as manhãs com Nei Gonçalves, Marília Gabriela e Marta Suplicy. Este foi ao ar de 1980/1986.

- 1981 – Criado o SOS Mulher em Porto Alegre.
- 1981 – Condenação de Doca Street – movimento de mulheres mobiliza-se para este julgamento.
- 1981 – Fundação do jornal feminista *Mulherio*.
- 1981 – O governo brasileiro ratifica a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW).
- 1981 – Realização do III Congresso da Mulher Paulista.
- 1982 – Fundado o primeiro núcleo de estudos sobre a Mulher na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC) pela professora Fanny Tabak.
- 1982 – Feministas redigem o ALERTA FEMINISTA para as eleições de 1982.
- 1982 – A professora Esther de Figueiredo Ferraz é nomeada ministra da Educação pelo governo Figueiredo, a primeira mulher a ocupar um cargo ministerial no Brasil.
- 1982 – A TV Globo lançou o seriado QUEM AMA NÃO MATA de Euclides Marinho, dirigido por Daniel Filho e Denise Bandeira com Marília Pêra, contundente libelo contra a violência doméstica.
- 1983 – Criado os Conselhos Estaduais de Defesa da Mulher em Minas Gerais e em São Paulo.
- 1983 – Criado o PAISM – Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher no Ministério da Saúde.
- 1983 – Assassinato de Margarida Maria Alves (1943-1983) primeira mulher presidente do Sindicato Rural de Alagoa Grande na Paraíba.

- 1984 – Organizada em Belo Horizonte um encontro do movimento feminista para discutir a participação nos órgãos do Estado, este encontro contou feministas do Rio de Janeiro, São Paulo e de Minas Gerais.
- 1984 – O movimento feminista e o PMDB Mulher promove, em Belo Horizonte um encontro em 9 de agosto de 1984 com o governador de Minas Gerais Tancredo Neves, então indicado como candidato a Presidente da República pelo PMDB para discutir a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
- 1985 – Criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), através do Projeto de Lei 5.778 de 17 de junho de 1985 ao Congresso Nacional pelo Presidente José Sarney. Aprovado em 29 de agosto do mesmo ano – Lei 7.353/85 e alterado pela Lei 8.028 de 12 de abril de 1990.
- 1985 – Realização da I Conferência Nacional sobre a Saúde da Mulher.
- 1985 – Criada a primeira Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência (DEAM), em São Paulo.
- 1985 – II Conferência Mundial sobre a Mulher (ONU), Nairobi, 1985.
- 1985 – O CNDM em novembro lança a Campanha Mulher e Constituinte – **Constituinte para Valer tem que ter Palavra de Mulher.**
- 1986 – Encontro Nacional de Mulheres convocado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) para elaborar as reivindicações femininas aos Constituintes.
- 1986 – I Encontro Estadual de Mulheres Negras de São Paulo.
- 1986 – I Congresso das Mulheres Trabalhadoras – SP
- 1987 – Entrega da Carta das Mulheres aos Constituintes no dia 8 de março nas Assembléias Legislativas Estaduais e no dia 26 de março ao Deputado Ulysses Guimarães, presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

- 1987 – Organizado o Fórum Feminista do Rio de Janeiro.
- 1987 – IX Encontro Nacional Feminista, realizado em Garanhuns (PE)
- 1988 – Congresso das Trabalhadoras Metalúrgicas.
- 1988 – I Encontro Nacional de Mulheres Negras – I ENMN, realizado em Valença (RJ), com 400 participantes representando 17 estados brasileiros.
- 1989 – I Congresso Nacional das Trabalhadoras Rurais – 350 delegadas.
- 1989 – A professora Dorothea Werneck foi nomeada ministra do Trabalho no governo Sarney.
- 1990 – Inauguração da Casa de Cultura da Mulher Negra de Santos.
- 1990 – São eleitas as primeiras mulheres para o Senado Federal: Junia Marise (PDT/MG) e Marluce Pinto (PMDB-RR).
- 1990 – A professora de Economia (USP) Zélia Maria Cardoso de Mello foi nomeada Ministra da Fazenda do governo Fernando Collor, foi a primeira mulher a ocupar esta pasta.
- 1991 – II Encontro Nacional de Mulheres Negras, realizado em Salvador (BA) com 430 participantes de 17 estados brasileiros.
- 1991 – Criada a Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos pelo movimento feminista e de mulheres brasileiras.
- 1992 – A professora feminista Eva Blay toma posse como suplente no Senado Federal.
- 1992 – II Encontro Nacional de Mulheres Negras – II ENMN.

- 1992 – Organizada a Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR), composta de núcleos de pesquisa sobre esta temática das universidades e instituições destas regiões.
- 1992 – Lançada pelo movimento feminista e de mulheres a ***Campanha 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a Mulher***, está campanha vem sendo realizada a 17 anos pelo movimento de mulheres e feminista no país.
- 1993 – A Central Única dos Trabalhadores (CUT) aprova a cota mínima de 30% de mulheres na direção da central.
- 1993 - Conferência Mundial de Direitos Humanos Viena, 1993.
- 1993 – Assassinada Edméia da Silva Eusébia, líder das Mães de Acari, grupo de nove mães que tiveram seus filhos sequestrados e desaparecidos na Favela do Acari na cidade do Rio de Janeiro (RJ) em 1990.
- 1993 – Realização da Conferência Mundial dos Direitos Humanos em Viena, Áustria.
- 1994 – Organizada a REDEFEM – Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas. Esta rede é formada por pesquisadoras/es independentes de todo o Brasil que se dedicam aos estudos feministas e relações de gênero.
- 1994 – Criada a Articulação de Mulheres Brasileira (AMB).
- 1995 – Aprovada a Lei de Cotas que estabeleceu 20% de candidatas mulheres nas listas partidárias para as eleições de 1996 (Lei 9.100/1995).
- 1994 – Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, ONU, Cairo.
- 1994 – Eleição para o governo do estado do Maranhão de Roseana Sarney, primeira mulher a assumir este cargo no país. Foi reeleita em 1998. Nas eleições de 2010 foi eleita pela terceira vez governadora do Maranhão.

- 1994 – Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres, realizada em Belém do Pará/PA, Brasil, OEA.
- 1994 – Benedita da Silva é eleita à primeira Senadora negra do Brasil.
- 1995 – IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher em Pequim (Beijing) na China.
- 1996 – XII Encontro Nacional Feminista, realizado em Salvador (BA).
- 1996 – A escritora Nélida Piñon é eleita para presidência da Academia Brasileira de Letras, a primeira mulher a exercer este cargo.
- 1997 – Fundada a organização não governamental *Fala Preta* – organização de mulheres negras, em abril de 1997.
- 1997 – O Congresso Nacional aprovou e o Presidente da República sancionou a Lei 950.4/1997 que amplia para 30% as cotas e a institui para todas as eleições proporcionais.
- 1998 – A senadora negra Benedita da Silva (PT/RJ) presidiu pela primeira vez uma sessão do Congresso Nacional.
- 2000 – Encontro Nacional Feminista de João Pessoa (PB), ocorrido de 26 a 29 de abril.
- 2000 – Organizada a primeira *Marcha das Margaridas*, em Brasília, pela CONTAG, CUT e em parceria com várias associações sindicais e feministas. A marcha relembra o assassinato da líder sindical rural Margarida Alves, símbolo da luta das mulheres por melhores condições de vida, este evento é realizado todos os anos.
- 2000 – Foi indicada a juíza Ellen Gracie Northfleet para o Supremo Tribunal Federal.

- 2001 – III Encontro Nacional de Mulheres Negras – III ENMN, realizado em Belo Horizonte (MG), com 400 participantes.
- 2001 – Criada a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras - AMNB
- 2001 – Conferência contra o Racismo, a Discriminação racial, a Xenofobia e formas correlatas de Intolerância, em Durban, África do Sul.
- 2002 – Realização da Conferência Nacional de Mulheres, organizada pelo movimento de mulheres e feminista, Brasília/DF, no mês junho. Nesta reunião foi elaborada a Plataforma Política Feminista.
- 2002 – Criada em março a Secretaria Especial de Direitos da Mulher.
- 2003 – A Secretaria dos Direitos da Mulher é transformada na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com *status* de Ministério no governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva.
- 2004 – A Lei 10.745, de 2003 instituiu o ano de 2004 como o ANO DA MULHER.
- 2004 – Criado o Fórum Nacional de Mulheres Negras.
- 2004 - Realização da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, organizada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, em Brasília/DF com 1.787 delegadas, vindas de todo o País, via um processo que mobilizou 120 mil pessoas.
- 2004 - A Ministra Nilcéa Freire, Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, tornou-se a primeira mulher brasileira a ser eleita Presidente da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) da Organização dos Estados Americanos (OEA) com mandato até 2006.
- 2005 – Decreto 5.390 do Presidente da República lançando no dia 08 de março de 2005 o I Plano Nacional de Políticas.

- 2006 – Promulgação da Lei No. 11.340/06 de 22 de setembro de 2006, nomeada Lei Maria da Penha, coibindo a violência doméstica no Brasil.
- 2006 – Criada a Rede Nacional de Lésbicas e Bissexuais Negras.
- 2006 – Inicia-se o funcionamento da Central de Atendimento à Mulher – LIGUE 180, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres/PR, com o objetivo de receber denúncias/relatos de violência, orientar as mulheres sobre seus direitos, encaminhando-as para os serviços da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, quando necessário.
- 2007 – II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, organizada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, em Brasília/DF, no mês de agosto, com 2.800 delegadas, resultado da mobilização de quase 200 mil brasileiras que participaram, em todo País, das Conferências municipais e estaduais.
- 2007 – O Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva lança o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, como parte da Agenda Social do Governo Federal.
- 2008 – Decreto 6.387 de 05 de março de 2008 do Presidente da República lançando o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM).
- 2008 - *Campanha Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta*, slogan “Mulheres donas da própria vida – Viver sem violência é um direito das mulheres do campo e da floresta”.
- 2008 – Lançada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres a campanha “*Homens Unidos pelo Fim da Violência contra as Mulheres*”.
- 2009 – A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres instituiu o “*Prêmio Boas Práticas na Aplicação, Divulgação ou Implementação da Lei Maria da*

Penha. Este prêmio foi criado para estimular a correta aplicação da legislação de combate a violência contra as mulheres.

2009 – Sancionada pelo Presidente da República a Lei 12.034/2009 de 29 de setembro de 2009, que amplia a participação política das mulheres, tornando obrigatório o preenchimento das cotas pelos partidos políticos no processo eleitoral.

2009 – Lançamento do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

2009 – Entrega pela Ministra Nilcéa Freire ao Congresso Nacional no dia 3 de dezembro de

2009 da proposta "*Lei da Igualdade no Trabalho*", feita pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

2010 – Em outubro de 2010, nas eleições presidenciais brasileiras pela primeira vez uma mulher disputa o segundo turno destas eleições no país, a candidata do Partido dos Trabalhadores e de uma coligação com mais dez partidos, Dilma Vana Rousseff.

2010 – No dia 31 de outubro de 2010 foi eleita à primeira mulher Presidenta da República Federativa do Brasil, Dilma Vana Rousseff.

REFERÊNCIAS Bibliográficas

FONTES DOCUMENTAIS

BRASIL, ARQUIVO NACIONAL, Fundo Federação Brasileira pelo Progresso da Ciência (FBPC). Arquivos Privados, Fundos: Bertha Lutz, Comba Marques Porto, Hildete Pereira de Melo, Leonor Nunes Paiva.

Site: www.arquivonacional.gov.br

BRASIL, CÂMARA FEDERAL, Arquivo: Deputados Brasileiros: repertório biográfico, 1979-83, Centro de Documentação e Informação, Brasília, DF, 1979.

_____, Deputados Brasileiros: repertório biográfico, 1991-95, Centro de Documentação e Informação, Brasília, DF, 1991.

_____, Deputados Brasileiros: repertório biográfico, 1995-99, Centro de Documentação e Informação, Brasília, DF, 1995.

_____, Deputados Brasileiros, Centro de Documentação e Informação, Brasília, DF, 1968.

Site: www.camara.gov.br

BRASIL, SENADO FEDERAL, Subsecretaria da Biblioteca, legislação eleitoral e verbetes senadores.

Site: www.senado.gov.br

_____, *Dados Biográficos das Senadoras Brasileiras (1979/2004)*, Senado Federal, 2004.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), vários anos.

Site: ibge.gov.br – ibge.teen.

BRASIL, Ministério da Cultura, Biblioteca Nacional

Site: www.bn.br

BRASIL, SPM/PR, Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, *Mais Mulheres no Poder – Contribuição à Formação Política das Mulheres 2010*, Marlise Matos e Iáris Ramalho Cortês. Brasília, PR/SPM, 2010.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)

Site: www.ihgb.org.br

Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (FGV-CPDOC). 2010.

síte cpdoc.fgv.br

ENTREVISTAS:

Fanny Tabak – Currículo Lattes/CNPq, entrevista concedida a Hildete Pereira de Melo em 17/2/2000.

Mariska Ribeiro – Entrevista concedida a Hildete Pereira de Melo e Leonor Nunes Paiva em fevereiro de 2005.

Romy Medeiros – Entrevista concedida a Hildete Pereira de Melo, em 2000.

Zuleika Alambert – entrevista concedida a Hildete Pereira de Melo em 2000.

ARTIGOS, LIVROS

ALÔS, Anselmo Peres – *A autoria Feminina e a Literatura Brasileira do Século XIX: novas perspectivas sobre a literatura indianista e a representação do embate colonial*, em 1º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – Redações e Trabalhos Científicos Monográficos Premiados, Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Brasília, 2006.

ALVES, Branca Moreira, *Ideologia & Feminismo. A luta da mulher pelo direito ao voto no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1980.

BANDEIRA, Lourdes Maria, “Feminismo: Memória e História”, em SÁ, Celecina de M. V., AMARAL, Célia C.G., ESMERALDO, Gema G. L. (orgs), **ANAIS**, 8º Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas (REDOR), Fortaleza, 1999.

BANDEIRA, Lourdes, MELO, Hildete. P.de, PINHEIRO, Luana.S., *Mulheres em Dados: o que informa a PNAD/IBGE, 2008*, em *Observatório BRASIL da Igualdade de Gênero*, Brasília, SPM/PR, Edição Especial, julho de 2010.

ESMERALDO, Gema G., “*Marcas de Novas Institucionalidades nas Universidades criadas por Núcleos e Redes Acadêmicas e Feministas*”, em ANAIS, 2º Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – **Pensando Gênero e Ciências**, Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SMP/PR), Brasília, 2010.

HAHNER, June, *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

LAVINAS, Lena, MELO, Hildete Pereira de, “*Mulheres sem Medo do Poder: chegou a nossa vez*”, Cartilha para as Mulheres Candidatas a Vereadoras, 1996”, Rio de

Janeiro, DIPES/IPEA, Bancada Feminina no Parlamento Nacional/ IBGE/Senado Federal, 1996.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes, *Bertha Lutz*, verbete em Dicionário Mulheres do Brasil, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.

MELO, Hildete Pereira de & MARQUES, Teresa Cristina de Novaes, Partido Republicano Feminino – construindo a cidadania feminina no Rio de Janeiro, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*, 1- 2000, pp. 71-77.

MELO, Hildete Pereira de & MARQUES, Teresa Cristina de Novaes, Coordenação da Pesquisa e da Redação do *Dicionário Mulheres do Brasil*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.

MUZART, Zahidé Lupinacci (Org.), Escritoras Brasileiras do Século XIX, Florianópolis, Santa cruz do Sul, Editora Mulheres, EDUNISC, 2000.

TABAK, Fanny & TOSCANO, Moema, *Mulher e política*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

TRIBUTO A HELEIETH SAFFIOTI

(1934- 2010)

Após conclusão de projeto gráfico foi anunciada a morte de HELEIETH SAFFIOTI. Pioneira das lutas feministas no Brasil a partir da segunda metade do século XX . Seu livro "**A Mulher na Sociedade de Classe – mito e realidade**", publicado em 1969 é um marco nos estudos acadêmicos sobre as mulheres brasileiras.